

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA Nº 26/01
DE 18/10/2001**

ACTA Nº. 26/2001

Data da reunião ordinária: 2001/10/18

Local da reunião: Sport Clube Povoense “Os Leões” da Póvoa de Santarém

Início da reunião: 21,20 horas

Términus da reunião: 02,15 horas do dia 2001/10/19

Resumo diário da Tesouraria: 2001/10/18 341 880 476\$00

Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:

Presidente: José Miguel Correia Noras

Vereadores: Eng^o. Hermínio Paiva Fernandes Martinho

Dr. Joaquim Adriano Botas Castanho

Dr^a. Maria da Graça Carvalho Vieira Machado Morgadinho

Vicente Carlos Flor Batalha

Eng^o. António Freire de Oliveira

Eng^a. Dunia Rosale Entrudo Viegas da Palma

Dr^a. Rosa Maria Ferreira Mesquita Feliciano

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa

Cargo: Chefe de Secção

Faltas justificadas: Prof. Doutor Engenheiro Luís Manuel Fé de Pinho

Faltas por justificar:

-----ABERTURA DA ACTA-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **vinte e uma horas e vinte minutos**, ainda sem a presença do senhor Vereador Hermínio Martinho.-----

--- A seguir, e depois de submetidas, pelo senhor Presidente, à votação, foi deliberado, por unanimidade, justificar as faltas do Senhor Vereador Vicente Batalha à reunião de quatro do corrente mês e do Senhor Vereador Fé de Pinho à presente reunião. -----

--- Antes de passar à apreciação dos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos, o senhor Presidente saudou todos os presentes e deu a palavra ao senhor **Presidente da Junta de Freguesia da Póvoa de Santarém**, que proferiu a seguinte intervenção: -----

--- **Presidente da Junta de Freguesia de Póvoa de Santarém** – “A Freguesia da Póvoa de Santarém sente uma grande honra em receber tão ilustres pessoas, que enobrecem a nossa terra. Congratulo-me com a política de descentralização da Câmara Municipal de Santarém, que permitiu a realização desta reunião na Póvoa de Santarém e que vai enriquecer o historial desta terra. -----

--- Esta vida de autarca traz alguns dissabores que, por vezes, nos fazem ter vontade de desistir mas, as amizades que se vão criando ao longo dos anos dão-nos força para continuar e, mais uma vez, vou concorrer às próximas eleições. -----

--- O senhor Presidente da Câmara entrou para a Câmara no mesmo dia que eu para a Junta de Freguesia. Ele, juntamente com os Vereadores que o acompanharam ao longo destes doze anos, fizeram por esta terra o que nunca se pensou, auxiliando a Junta a avançar com diversos projectos, designadamente, a pavimentação de arruamentos, a construção de um Centro de Dia, de um Posto Médico, da sede da Junta. -----

--- Nunca me senti privilegiado mas, também nunca fui marginalizado, apesar de, nos dois primeiros mandatos, integrar uma lista de independentes. -----

--- O actual Executivo sai, mas fica no meu coração. Depois do Vinte e Cinco de Abril é a primeira vez em que se verifica uma alteração total do Executivo Camarário. Espero que o próximo Executivo também traga o melhor para o nosso concelho. -----

--- Bem-vindos e muito obrigado.” -----

--- Interveio também o **Presidente da Assembleia Geral do Sport Clube**, proferindo, as seguintes palavras:-----

--- “Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores funcionários, senhores Presidentes de Junta aqui presentes, na qualidade de Presidente da Assembleia Geral desta Colectividade quero exprimir o nosso grande alegria por ter entre nós, pela primeira vez, uma reunião de Câmara. Isso permite-nos que estas paredes sejam testemunhas de mais um acto relevante aqui praticado. E eu digo mais um, porque quando fui Presidente da Junta, fizemos aqui algo que certamente muita gente estará lembrada: convocámos todos os deputados do Distrito, de todas as forças políticas; convocámos todos os agricultores, técnicos agrícolas, dirigentes e sócios de cooperativas agrícolas e aqui – considerando que somos uma comunidade rural em que, durante séculos, o solo constituiu a única fonte de rendimento – todos apresentaram os seus problemas. E, pela primeira vez, todas as forças políticas aqui se comprometeram a levantar na Assembleia da República os problemas que aqui foram discutidos e em uníssonos tentar resolvê-los.-----

--- E lanço aqui um repto a todos os Presidentes de Junta aqui presentes.-----

--- Julgo que é de pegar neste exemplo porque se querem uma democracia directa esta é a melhor. E se querem que as populações tenham possibilidade de se exprimir directamente esta é a melhor maneira de o fazer.-----

--- A nossa terra tem um historial muito lindo do qual nos orgulhamos bastante. Não se sabe ao certo em que ano é que habitaram aqui as primeiras pessoas. Sabe-se que o fizeram porque é uma zona rica em água, o solo relativamente plano e de boa aptidão agrícola. Hoje é vulgar tirar-se cerca de quinze toneladas de milho por hectare como se tira na Golegã. No entanto, os tempos primitivos, até passarmos a freguesia, foram bastantes duros para o povo desta terra.-----

--- Pertencíamos à freguesia de Azoia de Baixo e o trabalho e a luta que se travou para sermos freguesia eoa ainda no tempo. Foram levantadas grandes dificuldades.-----

--- Com este Executivo ao qual nós Povoenses nos vergamos e ficamos particularmente

gratos porque não houve época nenhuma de tanto progresso como o que tem vindo a ter nos últimos anos. -----

--- Meus caros amigos quero exprimir a gratidão de nós todos, desejar-vos as maiores felicidades a nível pessoal e deixar aqui uma promessa: se voltarem de novo, nós, os habitantes desta terra, estaremos incondicionalmente do vosso lado. -----

--- Bem hajam pelo que fizeram pela nossa terra.” -----

--- Por último, interveio o **senhor Presidente da Câmara**, referindo: -----

--- “Senhor Presidente da Junta de Freguesia permita-me que na sua pessoa saúde todos os colegas autarcas e com especial relevo o senhor Presidente e colegas da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santarém. -----

--- Saúdo também os senhores Vereadores e todos quantos se dignaram conferir a este momento um mago de afectividade e de representatividade acrescidos. -----

--- Agradeço ao António João as suas palavras. As mesmas palavras que aqui recordou quando eu era Vereador, mantenho-as. O senhor não era do mesmo partido e eu disse-lhe “comigo a Póvoa de Santarém não era esquecida nem nenhuma outra freguesia”.-----

--- Tivemos a sorte de fazer alguma coisa, muito aquém do que é desejável e meritório para a Póvoa de Santarém mas recordo e há pessoas que têm que ser aqui mencionadas ainda que corra o risco de algumas omissões, mas lembro-me da disponibilidade do senhor Cândido para facilitar numa zona privilegiada da Póvoa de Santarém o espaço para o Posto Médico. -----

--- E nós sabíamos que era uma carência e uma aspiração, uma bandeira da Póvoa de Santarém.-----

--- E quando eu ouvi há pouco o senhor José Júlio Cabaça intervir, dando conta de toda a sua intervenção junto dos deputados, dos consensos que generalizou perante os Partidos Políticos eu também tomei de empréstimo essa mensagem da Póvoa de Santarém e numa oportunidade, relativamente às Barreiras, e outra quanto à elevação das vilas de Amiais de Baixo e de Vale de Santarém, através desse esforço de partilha com os senhores Deputados das várias forças políticas, nós conseguimos esse objectivo.-----

--- Citar uns é omitir outros. Eu queria agradecer este esforço da Junta de Freguesia que foi estendido ao Centro de Dia que é obra de muitos. Ninguém se pode apropriar da titularidade da iniciativa mas muitos podem reivindicar o esforço cimentado em muita dedicação e horas certamente roubadas ao convívio de amigos e à partilha familiar. Entre todos estou convencido que estão a esmagadora maioria dos Povoenses mas, à cabeça, está o António João, e eu tenho que afirmar isto porque é a realidade dos factos.-----

--- Também devo dizer que tenho pena de não continuar a trabalhar consigo como autarca executivo mas ter-me-á sempre ao seu lado independentemente das funções que ocupo. -----

--- Dizendo isto, pretende significar que eu e, certamente, todos os senhores Vereadores, por palavras distintas destas, mas igualmente sentidas, estamos ao lado da Póvoa de Santarém. -----

--- Não estou apoquentado nem inquieto e muito menos angustiado com o facto de, pela primeira vez em cem anos, as cadeiras da vereação serem completamente substituídas quanto aos seus ocupantes. -----

--- Esse facto só demonstra que os motores da actividade autárquica, o desenvolvimento conseguido está de tal forma consolidado numa democracia com mais de um quarto de século no nosso País, que se revela possível prescindir directamente da mais valia que qualquer experiência autárquica representa e dar lugar a uma renovação total que tem que ser aplaudida com o apoio de quem não pode ficar de fora independentemente dos circunstancialismos. -----

--- Quando se sente dentro de nós algo que é superior às circunstâncias nós jamais deixaremos de realizar coisas que não sejam esplêndidas para os outros. E aqui, na Póvoa de Santarém, sentiu-se o amor à terra e às tradições. Sublinho aqui o Cândido Beirante que é um homem que orgulha a terra. -----

--- Podemos falar de outras pessoas que foram ilustres por direito, o Dr. Polídio Flor, o Engenheiro Eurico Saramago, Amílcar Costa e outros que, sem ser da Póvoa, se renderam pelos louvores da afectividade e, sobretudo, pelos dons do coração. E muitas

vezes as mulheres são injustamente esquecidas e na Póvoa de Santarém, a Professora Martinha é uma personalidade especial e é uma benção podermos conviver com alguém com tanta riqueza interior e que nos dão a lição de que, de facto, a coragem realiza o sonho. E na Póvoa há muitas ambições que foram constituídas por sonhos e que se tornaram realidade: pavimentação de ruas, sede da Junta de Freguesia, Capela Mortuária, o Centro de Dia e o Posto Médico. -----

--- É claro que está muito aquém do que todos querem, mas muito foi feito e só quando se faz muito é que se tem a consciência do bastante que ainda falta realizar. É preciso ter feito muito para compreender que há ainda bastante por fazer em cada uma das terras. A obra nunca está concluída. -----

--- Eu gostava de testemunhar o maior apreço a todos os povoenses de todos os partidos políticos, na pessoa do Presidente legítimo eleito, António João Henriques que me faz o favor de me distinguir com a sua amizade e isso é algo acima da política e que para mim tem um significado inexcelsível. -----

--- Agradeço a presença de todos entre nós, nesta reunião.” -----

--- Seguidamente o senhor Presidente da Junta de Freguesia procedeu à entrega de lembranças a todos os membros do Executivo Municipal. -----

----- **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES** -----

--- **A) INFORMAÇÕES PRÉVIAS** -----

--- De **HERDEIROS DE JOSÉ MARTINS SILVA TELHADA**, residentes na Quinta Nossa Senhora da Conceição, no lugar e freguesia de Vale de Figueira, deste Município, solicitando informação prévia para instalação de uma superfície comercial, na Quinta de São Roque, freguesia de Marvila, nesta Cidade. -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido um parecer do seguinte teor:-----

--- *“Conforme referido na informação técnica, o local de implantação da superfície comercial situa-se em espaço urbanizável habitacional de alta densidade, na sua maior parte e, também, em espaço de uso misto, de habitação, comércio e serviços, zona essa*

que foi objecto de um projecto de loteamento assente num estudo de ordenamento. -----

--- Assim, tomando como base de apreciação o projecto de loteamento aprovado, a pretensão não é susceptível de ser viabilizada, uma vez que tal projecto de loteamento não prevê a ocupação pretendida, pese o facto de o alvará não ter sido, ainda, emitido.

--- Por outro lado, tendo em atenção o Plano Director Municipal, a pretensão não deveria ser viabilizada sem que, previamente, fosse elaborado um plano de pormenor ou um projecto de loteamento que abrangesse a área de intervenção, conforme previsto no número um do artigo cinquenta e quatro do Regulamento do Plano Director Municipal.

--- De acordo com o disposto no artigo setenta e dois daquele diploma, haveria, ainda, que se proceder à elaboração de um estudo de tráfego que determinasse quais as implicações da instalação do empreendimento em termos de estacionamento e de tráfego; -----

--- Do ponto de vista urbanístico, não nos parece de facto, o local apropriado para a instalação de uma superfície comercial, conforme foi referido pela arquitecta Carla Louro, (constante do processo), tendo em conta a nobreza do local e o seu contexto na malha urbana, não se enquadrando na estratégia de ocupação prevista no estudo urbanístico feito para a zona do ex-Campo da Feira. -----

--- Contudo, não se pode deixar de admitir, à luz do Plano Director Municipal, que tal ocupação agora pretendida, é possível desde que elaborado um plano de pormenor, realçando-se o facto de a proposta prever uma área de construção de sete mil cento e quarenta e oito metros quadrados, manifestamente inferior à prevista no projecto de loteamento aprovado – vinte sete mil setecentos e dezoito metros quadrados. -----

--- Tal viabilização passaria, ainda, pela necessidade de se estabelecerem mais acessos ao local, designadamente a construção de uma via desnivelada no prolongamento da Avenida Afonso Henriques e da construção de um parque de estacionamento subterrâneo, além do estacionamento à superfície. -----

--- Em alternativa ao plano de pormenor poderá encarar-se a possibilidade de se elaborar um novo projecto de loteamento, devendo privilegiar-se, contudo, o plano de

pormenor.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão em face do parecer atrás transcrito.-----

--- De **SONAE IMOBILIÁRIA – SERVIÇOS, SOCIEDADE ANÓNIMA**, com sede no lugar de Espido, Via Norte, Município de Maia, solicitando informação prévia para ampliação de um centro comercial “Modelo”, sito na Quinta de São Bernardo, no lugar de Vale de Estacas, freguesia de São Salvador, nesta Cidade. -----

--- Após breve troca de impressões a Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o processo da presente reunião para uma melhor avaliação técnica e posterior reagendamento.-----

--- **VIABILIDADES SUSCEPTÍVEIS DE DEFERIMENTO, NAS CONDIÇÕES EXPRESSAS NOS RESPECTIVOS PARECERES TÉCNICOS** -----

--- De **ANTÓNIO FERNANDO BATISTA LÁZARO**, residente no lugar de Outeiro da Várzea, freguesia de Várzea deste Município, solicitando informação prévia para ampliação de uma moradia sita no lugar da sua residência.-----

--- A **Divisão de Gestão Urbanística**, prestou a seguinte informação: -----

--- *“Pretende o requerente viabilidade à ampliação de uma moradia unifamiliar, localizada em zona definida pelo Plano Director Municipal como fazendo parte do aglomerado urbano de Outeiro da Várzea (sem perímetro urbano), seguindo-se assim o princípio estabelecido para as áreas urbanas consolidadas.* -----

--- *A referida edificação encontra-se ainda dentro da delimitação da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional.*-----

--- *Após visita ao local, e face ao enquadramento registado, julga-se que poderá viabilizar-se a ampliação pretendida, ao abrigo do artigo quarenta do Plano Director Municipal, já que se encontra garantido o estacionamento no interior do lote.*-----

--- *No entanto, visto o espaço envolvente destinado a logradouro ser relativamente pequeno, a referida ampliação deverá efectuar-se apenas ao nível do piso superior, mantendo-se a actual área de implantação, sendo a altura da fachada a que resultar da*

aplicação do disposto no número um do artigo trinta e oito do Plano Director Municipal.-----

--- Em face do exposto, a pretensão poderá reunir condições de ser viabilizada, nas condições acima referidas e demais legislação em vigor.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir de acordo com os pareceres técnicos emitidos.-----

*--- De **BOAVENTURA LUCAS MAIA**, residente na Rua da Padaria, número um, Portela das Padeiras, freguesia de São Salvador, nesta Cidade, solicitando informação prévia para construção de um Lar de Idosos, no lugar de Alforgemel, freguesia de Almoster, deste Município.*-----

*--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi informado o seguinte:*-----

--- “Pretende-se informação sobre a viabilidade de construção de edifício destinado a Lar de Idosos, a levar a efeito em terreno com doze mil trezentos e vinte metros quadrados, localizado em espaço classificado como agroflorestal parcialmente afecto à Reserva Agrícola Nacional.-----

--- Verifica-se, no entanto, que o local proposto para implantação da construção se encontra fora da Reserva Agrícola Nacional e da Reserva Ecológica Nacional.-----

--- De acordo com o disposto no quadro anexo II, verifica-se que a função é compatível com a classe de espaço onde se integra, e que a realização de infraestruturas é compatível com espaço integrado em Reserva Agrícola Nacional. Verifica-se ainda que a área proposta para equipamento não excede o valor tido como referência para estas funções (catorze por cento).-----

--- Informa-se ainda, que de acordo com o disposto no número cinco do artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal, poderá a Exma. Câmara autorizar a construção de equipamentos públicos ou privados de interesse municipal reconhecido.

*--- Face ao acima exposto, informa-se que **uma vez reconhecido o interesse municipal do equipamento pela Exma Câmara**, poderá viabilizar-se a pretensão no local proposto e nas seguintes condições:*-----

--- **Um** – Face à compatibilidade prevista no quadro anexo II do Plano Director Municipal para a realização de infraestruturas em território de Reserva Agrícola Nacional, deverá ser obtido previamente parecer favorável da Comissão de Reserva Agrícola, relativamente à materialização dos acessos ao edifício; (a garantir pelo requerente). -----

--- **Dois** – O projecto de licenciamento deverá ser sujeito a parecer do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa e Vale do Tejo, e Delegação de Saúde (condicionando-se o licenciamento à emissão dos pareceres favoráveis destas entidades); -----

--- **Três** – Deverá assegurar-se o cumprimento das normas técnicas referentes às condições de acesso e utilização por pessoas com mobilidade condicionada previstas no Decreto lei número cento e vinte e três/noventa e sete, de vinte e dois de Maio; -----

--- **Quatro** – Deverão prever-se os dispositivos de segurança contra risco de incêndio, nos termos do disposto no Decreto-Lei número quatrocentos e nove/noventa e oito, de vinte e três de Dezembro, a sujeitar a parecer do Serviço Nacional de Bombeiros; -----

--- **Cinco** – Deverá ser dimensionado estacionamento em função das necessidades criadas pelo equipamento, conforme previsto na secção XI do Regulamento do Plano Director Municipal.” -----

--- Também pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi informado o seguinte: -----

--- “Concordo com a proposta de viabilização da pretensão nas condições referidas na informação técnica, parecer do Centro Regional de Segurança Social e de garantir o cumprimento do Regulamento Geral do Ruído.” -----

--- Deliberado, por maioria, com uma abstenção do senhor Vereador Vicente Batalha, informar o requerente que a sua pretensão é viável desde que cumpridas as condições dos pareceres técnicos e do Centro Regional de Segurança Social, bem como considerar a construção de interesse municipal. -----

--- **VIABILIDADES COM PARECERES TÉCNICOS DESFAVORÁVEIS E PROPOSTAS DE INDEFERIMENTO** -----

--- De **VITOR MANUEL JESUS BATISTA**, residente na Rua António Eloy Godinho, no lugar de Vilgateira, freguesia de Várzea, deste Município, solicitando informação prévia para construção de um estabelecimento industrial (serração), no lugar da sua residência. -----

--- Pela **Divisão de Gestão Urbanística**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----

--- *“Pretende o requerente informação sobre a viabilidade de construção de estabelecimento industrial (serração de madeiras), em terreno com quatro mil novecentos e sessenta metros quadrados, integrado em espaço classificado como agroflorestal, fora da Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional. -----*

--- *Verifica-se que na parcela existem já algumas construções (habitações e anexos), situação que de acordo com o disposto no artigo sessenta e seis do Regulamento do Plano Director Municipal inviabiliza a pretensão uma vez que a área de anexos existente esgota a percentagem permitida para anexos (quatro por cento da parcela para construções anexas à habitação). -----*

--- *Face ao acima exposto, informa-se que a pretensão não é passível de viabilização.”*

--- Deliberado, por unanimidade, informar o requerente que não é viável a sua pretensão em face do parecer técnico atrás transcrito. -----

--- **B) LOTEAMENTOS** -----

--- De **SEUL – SOCIEDADE DE EDIFICAÇÕES URBANAS, LIMITADA**, com sede na Rua Maestro Frederico de Freitas, número quinze – B, Município de Lisboa, solicitando que se considere sem efeito a deliberação camarária de treze de Setembro que autorizou o cancelamento de hipoteca dos lotes referentes ao loteamento de uma propriedade licenciada pelo alvará número quatro/noventa e nove, sita na Quinta do Mocho, freguesia de Várzea, deste Município. -----

--- Pelo **Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, foi emitido um parecer do seguinte teor: -----

--- *“Dado que a alteração ao alvará de loteamento traduz no redimensionamento dos lotes, designadamente dos lotes hipotecados, o que irá obrigar a fazer novas escrituras*

dos lotes hipotecados, deverá ficar sem efeito o pedido de redução da caução, de três de Julho último, revogando-se a deliberação de Câmara de treze de Setembro findo. -----

--- Nesse sentido foi solicitado ao titular do alvará para requerer a revogação da referida deliberação, declarando-se que mantém o valor da caução para execução das infraestruturas.” -----

--- Também pelo **Departamento de Obras Municipais**, foi prestada a seguinte informação: -----

--- “Relativamente ao pedido apresentado em um do corrente mês, não vemos inconveniente na satisfação do mesmo, ficando assim a garantia igual à verificada antes do pedido de cancelamento dos lotes referidos.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, considerar a deliberação camarária de treze de Setembro, em face das informações atrás transcritas. -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta toda a parte da acta referente a **LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES**, a fim de produzir efeitos imediatos. -----

OUTRAS DELIBERAÇÕES

--- **AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA INSTALAÇÃO DE UNIDADES FABRIS**

– **LACTOGAL - PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.** – Pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente a informação número duzentos e sessenta, de três do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da evolução do processo, cumpre-nos informar o seguinte: -----

--- Com a actualização das áreas, mediante elaboração de um levantamento topográfico à realidade existente a partir desta altura, pois somente agora é que se encontra efectivamente implantado o acesso à Auto-Estrada seis, torna-se útil a elaboração de um contrato-promessa de compra e venda a remeter ao Tribunal de Constas para apreciação do processo referente ao senhor Eduardo Rodrigues Paulino, já em curso. -----

--- Em face disto, dos contactos mantidos com os proprietários foi acordado a possibilidade daqueles assinarem um contrato-promessa, desde já, reportando-se o

pagamento da primeira prestação para momento posterior à comunicação do Visto Prévio do Tribunal de Contas.-----

--- Por outro lado, com a assinatura do contrato-promessa, a Câmara Municipal fica habilitada para junto das entidades e organismos competentes, nos termos da legislação aplicável, dar às referidas parcelas uma vocação industrial. -----

--- Aliás, conforme previsto na cláusula SEGUNDA, faz-se depender o negócio desta expectativa – vocação industrial.-----

--- Pelo exposto, sugere-se a V. Ex.^a o seguinte:-----

--- Primeiro – Que aprove os termos previstos no contrato-promessa em anexo para obtenção da anuência formal do senhor Eduardo Rodrigues Paulino;-----

--- Segundo – Que o mesmo procedimento seja utilizado com o senhor Américo Casimiro Maria de Almeida, autorizando-se a possibilidade da Câmara Municipal suportar o custo do carácter de urgência, junto da Conservatória do Registo Predial, para o pedido já efectuado do referido registo. -----

--- Terceiro – Com os contratos-promessa assinados, que os senhores Director do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente e Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano diligenciem, junto dos organismos e entidades competentes, a possibilidade de converter a finalidade dos terrenos para uma vocação industrial, dentro de um prazo curto, por forma a que o negócio só se concretize caso exista essa possibilidade.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, de três do corrente mês, que, de harmonia com o número três, concordou com o preconizado pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos, na informação atrás transcrita, aprovando, designadamente, os termos do contrato-promessa de compra e venda a celebrar com Eduardo Rodrigues Paulino e esposa, ficando o mesmo anexado à presente acta, (Documento I) dispensando-se a sua transcrição nos termos da lei.-----

--- **EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DA ESTACÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS DO POMBALINHO – CONCURSO PÚBLICO** – Foram

presentes os seguintes recursos hierárquicos:-----

--- **UM** – De **ECO-EDIFICA Ambiente, Infraestruturas e Construções, Sociedade Anónima/LNC, Limitada** - Pelo **Gabinete de Assuntos Jurídicos** foi presente a informação número duzentos e setenta e um, de nove do corrente mês, do seguinte teor:

--- “Conforme solicitado, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- O recurso hierárquico apresentado pelo concorrente Eco-Edifica Ambiente, Infraestruturas e Construções, Sociedade Anónima/LNC, Limitada, tem por base que a falta de indicação de valor numa subcategoria é ou não elemento justificativo para determinar a exclusão de um concorrente.-----

--- Na perspectiva deste concorrente, a indicação do valor numa subcategoria não é elemento justificativo para determinar a sua exclusão, baseando-se na seguinte argumentação: -----

--- a) os motivos que determinaram a exclusão de uma proposta encontram-se taxativamente enumerados no artigo noventa e quatro do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março;-----

--- b) a Comissão de Abertura, ao não accionar a oportunidade prevista no artigo noventa e dois, número três do mesmo diploma legal, violou os princípios da transparência, da imparcialidade e da igualdade. -----

--- Em face disto e da leitura da Acta da Abertura das Propostas, a Comissão de Abertura, quanto a este ponto, deliberou o seguinte: -----

--- “Em relação ao estipulado no ponto dezasseis ponto um, alínea f) do programa de concurso (...) ao dizer-se (...) que os concorrentes devem apresentar uma declaração que mencione os trabalhos a efectuar em cada uma das subcategorias, tal documento é imprescindível, nos termos do número um do artigo setenta e três do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março. A ausência da declaração que mencione os trabalhos a efectuar em cada uma das subcategorias, possibilita a Comissão de Abertura do Concurso, nos termos da alínea b) do número dois do artigo noventa e quatro do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de

Março, de excluir o concorrente Eco-Edifica/LNC, por não apresentar o valor referente à primeira subcategoria, da primeira categoria.”-----

--- Assim sendo, a taxatividade, invocada pelo concorrente, do artigo noventa e quatro do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março foi cumprida pela Comissão de Abertura, na medida em que baseou-se na alínea b) do número dois do artigo noventa e quatro do citado diploma legal, que permite a conjugação com o exigido no programa de concurso.-----

--- Importa ainda lembrar que, no ponto seis ponto dois do programa de concurso, estava mencionado que os concorrentes devem apresentar uma declaração que mencione os trabalhos a efectuar em cada uma das subcategorias.-----

--- Quanto à presumível violação do princípio de igualdade, a Comissão de Abertura estaria, por hipótese, a violar tal princípio caso admitisse este concorrente em relação aos outros que efectivamente cumpriram tal requisito constante no respectivo programa de concurso.-----

--- Quanto à presumível violação do princípio da transparência e proporcionalidade pelo facto da Comissão de Abertura não ter accionado o mecanismo previsto no artigo noventa e dois, número três, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, importa referir o seguinte:-----

--- a) No cumprimento daquilo que o recorrente afirma, no seu ponto sétimo, a Comissão de Abertura, ao analisar cada uma das propostas, teve em consideração quais as formalidades imprescindíveis e aquelas cuja falta, nos termos da legislação invocada e do programa de concurso, eram susceptíveis da exclusão;-----

--- b) No âmbito do concurso público referente a uma empreitada de construção da estação de tratamento de águas residuais, é proporcional que seja exigido este tipo de documentação, conforme estava explícito no programa de concurso;-----

--- c) A Comissão de Abertura, ao analisar também uma reclamação da Eco-Edifica Sociedade Anónima/LNC, Limitada, excluiu um concorrente, por não ter especificado, a título de proposta, o preço total da mesma, ainda que o tivesse feito separadamente, em

cumprimento do programa de concurso. A Comissão de Abertura, por hipótese remota, não estaria a ser transparente ao decidir de forma contrária para o recorrente em causa, quando também não apresentou um documento essencial, imprescindível e previsto no programa de concurso. -----

--- Pelo exposto, consideramos não existir fundamento para dar provimento ao recurso hierárquico apresentado pelo concorrente Eco-Edifica Ambiente, Infraestruturas e Construções, Sociedade Anónima/LNC, Limitada.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, não dar provimento ao recurso hierárquico apresentado, face à informação atrás transcrita. -----

--- **DOIS** – De **ONDEO Degrémont/OGB, Sociedade Anónima** - Pelo Gabinete de Assuntos Jurídicos, foi presente a informação número duzentos e setenta e três, de dez do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Conforme solicitado, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- O recurso hierárquico apresentado pelo concorrente ONDEO Degrémont/OGB, Sociedade Anónima, tem por base o seguinte: a falta, a título de proposta, do preço especificado, em conformidade com os modelos números um e dois, constantes no anexo III, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março é imprescindível ou será suficiente a apresentação do preço total? -----

--- Na perspectiva deste concorrente, a indicação do preço total não é elemento justificativo para determinar a sua exclusão, baseando-se na seguinte argumentação: ----

--- a) Os recorrentes apresentaram uma proposta base, indicando o preço total, conforme é requerido no respectivo Programa de Concurso e exigido nos artigos setenta e nove, número um, e noventa e quatro, número dois, alínea e), subalínea iv) ambos do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março e seguindo o modelo previsto na lei e anexo ao mesmo Programa; -----

--- b) É contrário ao estatuído legalmente, designadamente no Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, dividir, em dois modelos e duas propostas de preço, uma mesma proposta base para uma mesma empreitada. -----

--- Em face disto e da leitura da Acta de Abertura de Propostas, a Comissão de Abertura, quanto a este ponto, deliberou o seguinte:-----

--- “No programa de concurso em causa, no seu ponto dez ponto dois informa que a proposta de preço deverá ser elaborada em conformidade com os modelos números um e dois, constantes do anexo III, do Decreto-lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março. Nos termos do ponto dez ponto um do referido programa de concurso, é especificado que estamos em presença de dois tipos diferentes de empreitada: por série de preços para a obra de construção civil e preço global para o equipamento electromecânico e instalações eléctricas. O próprio número um do artigo setenta e três do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, permite que sejam exigidos, no programa de concurso, outros documentos para além dos constantes no mesmo normativo legal. (...) Em face disto, nos termos da alínea b) do número dois do artigo noventa e quatro do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, a Comissão de Abertura deliberou excluir o concorrente, em consórcio, ONDEO Degrémont/OGB, Sociedade Anónima ...”-----

--- Assim sendo, é certo que o concorrente, ao apresentar uma proposta total, cumpriu o exigido no artigo setenta e nove do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março. Porém, o programa de concurso, em causa, no seu ponto dez ponto dois, informa que a proposta de preço deverá ser elaborada em conformidade com os modelos um e dois, constantes do anexo III, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março.-----

--- Ora, isso, de todo, não aconteceu.-----

--- No âmbito do programa de concurso, por força do número um do artigo setenta e três do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, é legítimo que sejam exigidos, nesse instrumento, outros documentos para além dos constantes no mesmo normativo legal.-----

--- Poder-se-á ainda questionar o seguinte: é razoável fazer-se a exigência destes dois tipos de modelos?-----

--- Parece-nos que sim, pois, nos termos do ponto dez ponto um do referido programa de concurso, é especificado que estamos em presença de dois tipos diferentes de empreitada: por série de preços para a obra de construção civil e preço global para o equipamento electromecânico e instalações eléctricas.-----

--- É certo que o concorrente, nos termos do artigo setenta e nove do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, apresentou um preço total da proposta, porém, em conformidade com o exposto e dada a natureza do concurso, não o especificou, a título de proposta, em conformidade com os modelos números um e dois, constantes no anexo III, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março.-----

--- Afirmar que “é contrário ao estatuído legalmente, designadamente no Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, dividir, em dois modelos e duas propostas de preço, uma mesma proposta base para uma mesma empreitada”, é, no mínimo, desconhecer o anexo III, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, que faz parte integrante do normativo legal, e tinha havido remissão por parte do programa do concurso.-----

--- Aliás, outros concorrentes cumpriram efectivamente tal requisito constante no respectivo programa de concurso.-----

--- Por último, poder-se-á ainda colocar a seguinte questão: esta situação pressupõe a exclusão do concorrente?-----

--- Perante isto, importa referir o seguinte:-----

--- a) A Comissão de Abertura, ao analisar cada uma das propostas, teve em consideração quais as formalidades imprescindíveis e aquelas cuja falta, nos termos da legislação invocada e do programa de concurso, eram susceptíveis de exclusão;-----

--- b) A Comissão de Abertura, nos termos da alínea b) do número dois do artigo noventa e quatro do citado diploma legal que permite a conjugação com o exigido no programa de concurso, deliberou excluir o requerente.-----

--- Pelo exposto, consideramos não existir fundamento para dar provimento ao recurso

hierárquico apresentado pelo concorrente ONDEO Degrémont/OGB.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, não dar provimento ao recurso hierárquico, face à informação do Gabinete de Assuntos Jurídicos, atrás transcrita. -----

--- **INFRA-ESTRUTURAS DO PARQUE DE NEGÓCIOS DA QUINTA DA MAFARRA – ARRANJOS EXTERIORES – PRORROGAÇÃO DO PRAZO** – Pelo Departamento de Obras Municipais, foi presente a informação número duzentos e noventa e três-F, de vinte e um do mês findo, do seguinte teor:-----

--- **“Um – Introdução** -----

--- A presente informação pretende avaliar a evolução da empreitada, atendendo ao seu plano de trabalhos, considerando a obra integrada num planeamento global para o qual concorre um leque de acções interligadas e interdependentes. -----

--- **Dois – Dados gerais da empreitada:** -----

--- Adjudicatário: Construtora do Lena, Sociedade Anónima/Silvério & Melro, Sociedade Anónima-----

--- Valor da adjudicação: duzentos e cinquenta e dois milhões oitocentos e oitenta e cinco mil cento e setenta e um escudos -----

--- Auto de consignação: vinte e dois de Dezembro de dois mil-----

--- Suspensão dos trabalhos: de trinta e um de Dezembro de dois mil até vinte e oito de Janeiro de dois mil e um -----

--- **Três – Evolução da empreitada:** -----

--- Dadas as características da obra, esta insere-se num espaço que é partilhado por diversas empresas ocupadas na realização de diferentes empreitadas, na construção dos edifícios fabris e administrativos. -----

--- Os trabalhos, na sua globalidade, foram forçados a reduzir o seu ritmo normal da execução, tendo mesmo parado algumas frentes de obra, o que impôs a necessidade de reequacionar a calendarização das acções inicialmente previstas. -----

--- A consequência directa relativa à indisponibilidade de algumas frentes de trabalho, é traduzida por uma grande dificuldade em implementar o plano de trabalhos inicialmente

proposto para esta empreitada. -----

--- Dado que parte dos trabalhos desta empreitada de infraestruturas só são exequíveis após a conclusão ou o adiantado grau de realização dos trabalhos da superestrutura, (e estes são da responsabilidade da DrinK-In), fica por isso condicionado o término desta empreitada. -----

--- Dado o volume parcial que os trabalhos de pavimentação comportam, e a sua representatividade na globalidade da empreitada, informa-se que a pavimentação betuminosa dos arruamentos estava prevista para o período entre quatro e vinte e três de Junho, e só foi possível realizar a primeira fase entre vinte e vinte e oito de Agosto de dois mil e um, estando prevista a aplicação da camada de desgaste para o período de um a dez de Outubro de dois mil e um, de acordo com o calendário proposto pela DrinK-In, para proceder aos trabalhos de ligações finais de ramais e linhas de terra, conducentes à libertação total dos espaços a pavimentar. -----

--- A execução física dos trabalhos atingiu oitenta e cinco por cento, em relação ao seu volume total, pelo que, atendendo à evolução da obra, e com os dados agora disponíveis, prevê-se a conclusão global da empreitada até trinta e um de Outubro de dois mil e um, o que implica considerar a necessidade de conceder prorrogação do prazo de execução, até esta data.” -----

--- O Director do Departamento de Obras Municipais, emitiu o seguinte parecer: -----

--- “Por responsabilidade da DrinK-In, não foram cumpridos os planos gerais do empreendimento, nos quais as acções sob responsabilidade directa da Câmara Municipal de Santarém estavam devidamente enquadradas. -----

--- Estamos perante uma situação de incumprimento do plano de trabalhos, por factos não imputáveis ao empreiteiro. -----

--- Actualmente é possível prever a conclusão da empreitada até trinta e um de Outubro de dois mil e um, o que implica uma segunda prorrogação do prazo contratual.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável do Director do Departamento de Obras Municipais, deliberou, por unanimidade, concordar com o preconizado na informação

atrás transcrita, concedendo a prorrogação do prazo até trinta e um de Outubro de dois mil e um.-----

--- **COMPLEXO AQUÁTICO MUNICIPAL – PRORROGAÇÃO DO PRAZO** –
Pelo **Departamento de Obras Municipais** foi presente a informação número trezentos e

cinco – F, de quinze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Dados gerais da empreitada:-----

--- Valor da adjudicação: novecentos e noventa e cinco milhões vinte e quatro mil cento e dezasseis escudos-----

--- Prazo de execução: quatrocentos e vinte dias-----

--- Data da consignação: um de Setembro de dois mil-----

--- Empreiteiro: Obrecol S.A./João Salvador, Limitada-----

--- As condições climatéricas adversas que se fizeram sentir durante o primeiro terço do prazo de execução previsto para esta empreitada estiveram na origem de atrasos no cumprimento do plano de trabalhos. Pese embora a disponibilidade do consórcio adjudicatário na promoção do reforço de meios durante a época de Verão, não foi contudo conseguida a recuperação total dos atrasos acumulados, durante a época das chuvas.-----

--- O consórcio justifica o pedido de dilação do prazo através de dados estatísticos, quanto a precipitação, registados pelo Instituto de Meteorologia.-----

--- Os trabalhos imprevistos já aprovados, induzem um acréscimo de prazo de vinte e um dias, e se considerarmos justificados mais cinquenta dias devido às intempéries, estamos na presença de um acréscimo total do prazo em setenta e um dias, transferindo-se a data de término da empreitada para quinze de Janeiro de dois mil e dois. Atendendo ao estado actual da obra, pensamos que a mesma é exequível até àquela data.”-----

--- O **Director do Departamento de Obras Municipais** emitiu o seguinte parecer:-----

--- “Nos termos da informação vimos propor a prorrogação do prazo contratual de setenta e um dias, o que implica a translação do término da empreitada para quinze de Janeiro de dois mil e dois.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, autorizar a prorrogação do prazo da empreitada em epígrafe até ao dia oito de Janeiro de dois mil e dois. -----

--- **CASAIS DA CARREIRA DE TIRO – PEDIDO DE ALIENAÇÃO DO TERRENO** - Pela Técnica Superior de Gestão, Maria Vicente Mendes, do **Serviço de Património**, foi presente a informação número dezassete, de dez do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do solicitado por V. Ex.^a, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cumpre-me informar o seguinte:-----

--- O terreno em causa denomina-se “Casal do Ladeiras”, sito nos Casais da Carreira de Tiro, confrontando a Norte com EPAL, Este com Rua “O”, Sul com Carreira de Tiro e Idalina C. Gravato e a Oeste com Rio de Mansos. -----

--- Tem uma área de quarenta e nove mil quatrocentos e noventa e três metros quadrados, conforme consta do relatório do levantamento topográfico efectuado, e respectiva medição de áreas. -----

--- Foi feita a avaliação pela respectiva Comissão de Avaliação que, com base nos critérios constantes do relatório de avaliação, em anexo, foi atribuído o valor por metro quadrado de duzentos escudos, sendo o terreno avaliado em nove milhões oitocentos e vinte mil escudos. -----

--- O terreno é composto por um prédio misto: um artigo rústico (vinte e quatro-J) e três urbanos (artigos quinhentos e quarenta e oito, quinhentos e quarenta e nove e quinhentos e cinquenta). -----

--- Existe um contrato de arrendamento celebrado com o senhor José dos Santos Rodrigues Pimentel, com uma renda anual de oitenta mil escudos. Relativamente ao ano de dois mil e um, o arrendatário procedeu ao pagamento da renda em doze de Janeiro. --

--- Encontra-se também alojada uma família carenciada (um casal de três filhos) numa das casas. -----

--- Nos termos do Decreto-Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de

dezoito de Setembro, deverá ser definida a forma de alienação.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, encetar negociações com o senhor José dos Santos Rodrigues Pimentel para libertação do espaço, após o que se deverá proceder à alienação do terreno mencionado na informação atrás transcrita, mediante hasta pública a realizar-se na próxima reunião camarária, se se verificar haver condições administrativas para o efeito. -----

--- Nesta altura entrou na sala o senhor Vereador Hermínio Martinho que passou a tomar parte na apreciação dos assuntos presentes na reunião.-----

--- **CINE-TEATRO ROSA DAMASCENO – AVALIAÇÃO DE TERRENO MUNICIPAL PARA PERMUTA** – Na sequência de uma carta da Direcção do Clube

de Santarém, pela **Comissão de Avaliação**, foi presente a informação número noventa e seis, de cinco de Dezembro de dois mil, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da deliberação do Executivo Municipal de vinte e três de Novembro, oficiou-se ao Instituto Português do Património Arquitectónico e Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas de Santarém solicitando a integração na comissão de avaliação de Técnicos destas entidades.-----

--- Face às respostas obtidas reuniu-se no passado dia cinco a Comissão de Avaliação do Património Municipal, que em conjunto com os elementos da Direcção do Clube de Santarém, Senhores Dr. José Manuel Nogueira, Engenheiro Luís Guimarães e Professor Gameiro vistoriaram o imóvel. -----

--- Na posse de fotocópias da caderneta predial e título de registo, na ausência de levantamento do imóvel, verifica-se que área coberta é igual a oitocentos e trinta e sete mil oitocentos e setenta e cinco metros quadrados e área descoberta é igual a mil duzentos e sessenta e quatro ponto cinco metros quadrados. -----

--- Para avaliação do imóvel o critério adoptado pela Comissão de Avaliação foi o método directo, afectado do coeficiente de desvalorização em função da idade do imóvel.

--- O imóvel, construído em mil novecentos e trinta e sete, com projecto elaborado pelo

Senhor Arquitecto Amílcar Pinto encontra-se ainda em estado de conservação razoável pelo que podemos atribuir, em função da idade, uma depreciação correspondente a cinco por mil ao ano.-----

--- Assim, teremos:-----

--- Terreno: dois mil cento e dois ponto trezentos e setenta e cinco metros quadrados vezes vinte e cinco contos/metro quadrado equivalente a cinquenta e dois mil quinhentos e sessenta contos -----

--- Construção: oitocentos e trinta e sete ponto oitocentos e setenta e cinco metros quadrados vezes sessenta e oito mil e quinhentos escudos/ metro quadrado equivalente a cinquenta e sete mil trezentos e noventa contos -----

--- Importa a presente avaliação em cento e nove mil novecentos e cinquenta contos.” --

--- A **mesma Comissão** apresentou o relatório de avaliação de terreno municipal destinado a permuta com o Teatro Rosa Damasceno que a seguir se transcreve:-----

--- “Trata-se de uma parcela de terreno camarário, actualmente ocupado pelo estaleiro municipal, com a área de quarenta mil metros quadrados, destinado, futuramente, a ocupação industrial.-----

--- Esta parcela poderá servir de permuta com o Cine-Teatro Rosa Damasceno, nos termos da carta do Clube de Santarém, de três de Agosto de dois mil e um, com o pagamento de uma verba de vinte milhões de escudos em dinheiro, pela Câmara Municipal.-----

--- Dado que o valor da avaliação do Cine-Teatro Rosa Damasceno, segundo relatório anexo, é de cerca de cento e dez mil contos, somos de parecer que tal permuta equivale, grosso modo, ao valor daquele imóvel, de acordo com a presente avaliação.” -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** congratulou-se com a resolução deste assunto, seguida que foi a metodologia que propôs na Câmara e em artigos de opinião, na sequência da proposta que efectuou para a aquisição pelo município desse valioso património histórico-cultural, e ultrapassadas algumas questões meramente conjunturais e de sensibilidade. O objectivo foi conseguido, e ainda bem. -----

--- O senhor **Vereador António Oliveira**, congratulou-se com a resolução deste assunto e a senhora **Vereadora Maria da Graça Morgadinho** proferiu a seguinte intervenção: -----

--- “Felicitou o senhor Presidente pelo feliz epílogo das negociações. -----

--- Congratulou-se pela aquisição do Cine-Teatro Rosa Damasceno face à grande homenagem que isso constitui à personalidade da artista de Teatro que foi Rosa Damasceno. -----

--- A homenagem que isso constitui aos artistas de Teatro que deram notoriedade à cidade de Santarém, aqueles que já desapareceram, e lembrou Mário Viegas, e aqueles que continuam a lutar pelo Teatro na cidade. -----

--- Esta proposta é o garante da perenidade daquele edifício em termos de arquitectura, espaço classificado como imóvel de interesse público, espaço destinado a fazer cultura, a usufruir da arte do espectáculo e que, como responsável política desta área, lhe doía ver fechado e a degradar-se mais rapidamente do que estivesse a ser utilizado.-----

--- Disse estar feliz por esta decisão.-----

--- Sempre defendeu que Santarém necessita de uma sala com capacidade para quatrocentos espectadores, um espaço com esta dimensão que fica entre o renovado Teatro Sá da Bandeira com duzentos lugares e o Auditório do CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas com mil e duzentos lugares. -----

--- Defende que os centros históricos se revivificam também pela cultura, pelos espaços culturais que promovem o encontro dos cidadãos e agitam a demasiada acalmia da cidade em período nocturno. O Cine-Teatro Rosa Damasceno é esse espaço e merece ser reaberto, melhorado, revivificado e dado ao seu verdadeiro destino – o de sala de cinema, de teatro, espaço de encontro de gerações, como sempre foi.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a permuta da referida parcela de terreno pelo Cine-Teatro Rosa Damasceno e com o pagamento do montante de vinte mil contos ao Clube de Santarém. -----

--- **VALORIZAÇÃO DA PRAÇA MARQUÊS SÁ DA BANDEIRA E RUA SERPA**

PINTO – **ABERTURA DE CONCURSO** – Pelo Chefe da **Divisão de Núcleos Históricos**, foi presente a informação número duzentos e dezoito, de vinte e três de Agosto último, do seguinte teor: -----

--- “Tendo conhecimento da deliberação da Câmara do passado dia dezanove de Julho sobre a anulação do Concurso para a obra da Praça Marquês Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto e decisão de convite a empresas para novo Concurso, venho manifestar a V. Ex.^a a apreensão pela demora e expectativa que esta obra teve e tem nos comerciantes e munícipes directamente ligados a estes espaços, que me questionam diariamente sobre a necessidade da sua concretização face ao estado da Rua Serpa Pinto, estacionamento anárquico na Praça Sá da Bandeira e aspecto destes espaços que necessitam de urgentes obras de requalificação. -----

--- Aproximando-se a época do inverno e escavações que necessariamente esta obra terá pela construção da vala técnica e escavações arqueológicas que inevitavelmente acontecerão pela natureza histórica do lugar, julgo que no sentido de abreviar todo o processo administrativo decorrente do concurso este deveria suceder antes da época natalícia de modo que a obra tivesse o seu início logo após o período das chuvas – primeiros meses de dois mil e dois, tanto mais que esta obra encontra-se incluída no Programa PROCOM e a sua conclusão deveria ocorrer em dois mil e um. -----

--- Neste sentido e na tentativa de abreviar o início dos trabalhos sugiro que o convite seja feito às empresas que concorreram ao Concurso inicial para esta empreitada e às que concorreram ao Projecto de Requalificação da Margem do Rio Tejo em Santarém – Projecto Al-Margem, pois para além de existir sobreposição na concorrência por parte de algumas empresas, são obras de natureza idêntica. As empresas em questão concorrentes aos dois concursos são:-----

--- Construtora do Lena, Sociedade Anónima – João Salvador, Limitada – Jaime Ribeiro & Filhos, Limitada – Listorres, Limitada – Ermoque, Limitada, Poliobra, Limitada – Oikos, Limitada. -----

--- Ainda no sentido de dar conhecimento desta obra aos munícipes e comerciantes

sugiro que se faça, desde já uma exposição de peças desenhadas do Projecto para a Praça Sá da Bandeira e Rua Serpa Pinto que inclua Peças Desenhadas do desenho urbano previsto, da vala técnica e dos elementos escritos que fundamentam as propostas. Esta exposição poderia ocorrer no Posto de Turismo e ou no edifício dos Paços do Concelho, sobre a coordenação da exposição por parte do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais. -----

--- De igual modo poder-se-ia preparar esclarecimentos sobre as propostas os quais poderiam ocorrer na Câmara e/ou na Associação Comercial de Santarém, de modo a esclarecer os munícipes da obra a realizar, datas previstas, valores, motivos que originaram o atraso e suspensão do Concurso, pois julgo que estes esclarecimentos iriam contribuir para uma melhor informação a todos os mais directamente interessados e munícipes em geral.” -----

--- O **Director do Departamento Administrativo e Financeiro**, prestou a informação número quarenta e quatro, de um do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Concordo com a proposta do Chefe da Divisão de Núcleos Históricos, atentos os fundamentos que são apontados. -----

--- Dado que a Câmara Municipal deliberou não adjudicar a empreitada, nos termos da alínea b) do número um do Artigo cento e sete, do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, poderá optar-se pelo procedimento “Ajuste Directo” com convite às empresas sugeridas, em conformidade com a alínea a) do número um do Artigo cento e trinta e seis do citado diploma. -----

--- Mais sugiro que seja ponderada a oportunidade/necessidade de alterar o preço base do concurso.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a abertura de concurso mediante ajuste directo, com convite às empresas sugeridas na informação do Chefe da Divisão de Núcleos Históricos, atrás transcrita. Sob proposta do senhor Presidente a Câmara deliberou ainda, por unanimidade, nomear para Comissão de Abertura de propostas o Dr. Carlos Fernandes, Dr. Carlos Alves e Ana Bento e Comissão de Análise

o Engenheiro Fernando Trindade, Arquitecto Humberto Martinho e Arquitecto José Augusto Rodrigues.-----

--- **PRIMEIRA FASE DE REQUALIFICAÇÃO DA MARGEM DO RIO TEJO EM SANTARÉM/PROJECTO AL-MARGEM – RELATÓRIO FINAL** – Pelo

Arquitecto Coordenador do **Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange**, foi presente a informação número cento e onze, de vinte e oito do mês findo, do seguinte teor:-----

--- “Submete-se à consideração superior o relatório final anexo relativo à obra referida em epígrafe, sugerindo-se o conhecimento do Senhor Presidente bem como do Executivo Camarário. -----

--- Com a aprovação do presente relatório, se poderá proceder à adjudicação e celebração do contrato da mencionada empreitada, que propomos, seja iniciada sem o visto do Tribunal de Contas, de acordo com a alínea b) do ponto dois do artigo quarenta e cinco da Lei número noventa e oito/noventa e sete, de vinte e seis de Agosto.-----

--- Este procedimento justifica-se pela aproximação do período de chuvas que, no caso de se verificarem inundações idênticas à do início deste ano, poderão prejudicar os custos e o bom andamento da obra, tendo em conta que grande parte da zona a requalificar (Palhais) se encontra a uma cota próxima da margem do Rio.-----

--- Sugere-se, por último, que seja desde já nomeada uma Comissão de Fiscalização, composta pelo signatário, um técnico do Departamento de Obras Municipais e um técnico para a área de segurança e saúde.” -----

--- **Relatório Final** -----

--- “Tendo sido submetido o relatório de análise das propostas à apreciação dos concorrentes admitidos a concurso da empreitada mencionada em epígrafe, conforme preceituado no artigo cento e um do Decreto-Lei número cinquenta e nove/noventa e nove, de dois de Março, verificou-se não ter havido quaisquer reclamações, pelo que se propõe a adjudicação desta empreitada à firma Construtora do Lena, Sociedade Anónima, pelo valor de trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil escudos mais

IVA, com um prazo de execução de duzentos e quarenta dias, uma vez que foram cumpridas todas as formalidades.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com o relatório apresentado, devendo proceder-se à adjudicação e celebração do respectivo contrato, adjudicando a empreitada à Firma Construtora do Lena, Sociedade Anónima, pelo valor de trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil escudos, acrescido de IVA. -----

--- Mais foi deliberado conceder poderes ao senhor Presidente para aprovação da minuta e assinatura do respectivo contrato que deverá ser submetido, previamente, a visto do Tribunal de Contas. -----

--- **Ainda no âmbito deste projecto o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para introduzir o assunto seguinte, não tendo havido oposição:** -----

--- **REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** – Pelo Arquitecto Coordenador do **Gabinete Técnico Local da Ribeira de Santarém e Alfange**, foi presente a informação número cento e dezasseis, de onze do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da proposta de adjudicação da empreitada supramencionada formulada na informação número cento e onze, à firma Construtora do Lena, Sociedade Anónima, pelo valor de trezentos e sessenta e nove milhões e duzentos mil escudos, acrescido de IVA, com o prazo de execução de duzentos e quarenta dias, propomos que para efeitos de cabimentação de verbas, seja aprovada a seguinte repartição de encargos:

--- Dois mil e um – sessenta e nove milhões e duzentos mil escudos (Novembro e Dezembro) -----

--- Dois mil e dois – trezentos milhões de escudos.” -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, aprovar a repartição de encargos apresentada e remeter o assunto à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.-----

--- **PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE ÓNUS DE INTRANSMISSIBILIDADE – ALIENAÇÃO DE HABITAÇÕES MUNICIPAIS - PROPOSTAS DE CRIAÇÃO**

DE CLÁUSULAS NOS CONTRATOS DE ARRENDAMENTO DE HABITAÇÃO MUNICIPAL SOBRE TRANSFERÊNCIAS – Pela Técnica Superior de Serviço

Social Assessora, Dr.^a Elisabete Filipe, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quinhentos e quatro, de onze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Até à presente data foram alienados dezasseis fogos do Bairro Municipal de Vale de Estacas. Verificando que não existe registo de ónus de intransmissibilidade e que alguns proprietários já accionaram processos de venda, proponho que se estude sobre a viabilidade e interesse da criação do mesmo. Mais informo que, nos termos dos artigos treze e catorze do Decreto-Lei número cento e sessenta e três/noventa e três de sete de Maio, os fogos comparticipados pelo Instituto Nacional de Habitação são registados com o ónus de quinze anos a contar da data da escritura.-----

--- Relativamente ao ponto dois do assunto supra indicado, proponho que seja redigida uma cláusula no contrato de arrendamento que permita a este Serviço, no caso de alteração da constituição dos agregados familiares, interesses decorrentes de operações urbanísticas, entre outros, transferir de habitação municipal os arrendatários. Caso o proposto mereça parecer favorável de V. Ex.^a considera-se de solicitar parecer ao Gabinete de Assuntos Jurídicos (minuta de contrato de arrendamento em anexo).” -----

--- O **Gabinete de Assuntos Jurídicos** emitiu a informação número duzentos e oitenta e três, de quinze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Conforme solicitado, cumpre-nos informar o seguinte:-----

--- Quanto ao ónus de intransmissibilidade-alienação de habitações municipais:-----

-----**Cláusula**-----

--- OS SEGUNDOS OUTORGANTES, com a assinatura do presente contrato, ficam impedidos, fora da situação por *mortis causam*, de transmitir, alienar, onerar ou utilizar qualquer mecanismo no sentido de transferir unilateralmente a sua posição contratual neste contrato, sob pena do mesmo cessar os seus efeitos, na altura em que a PRIMEIRA OUTORGANTE venha a ter conhecimento do sucedido.-----

--- Quanto à criação da cláusula de transferência: -----

-----**Cláusula**-----

--- No caso da alteração do agregado familiar e das suas condições sócio-económicas dos SEGUNDOS OUTORGANTES, reportada à data da assinatura do presente contrato, ou de restrições urbanísticas, os SEGUNDOS OUTORGANTES aceitam, desde já, transferir/alterar o objecto do contrato de arrendamento com outra situação adequada e conveniente com as necessidades da altura, mediante indicação da PRIMEIRA OUTORGANTE.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente de quinze do corrente mês, que, nos termos do número três do artigo sessenta e oito da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, concordou com o proposto na informação do Gabinete de Assuntos Jurídicos, atrás transcrita.-----

--- **HABIJOVEM – HABITAÇÃO E CONSTRUÇÃO, C.R.L. – AQUISIÇÃO DE ESPAÇOS VAZADOS NO LOTE CENTO E QUARENTA E UM, NA URBANIZAÇÃO DE SÃO DOMINGOS** – Foi presente um ofício da **Cooperativa Habijovem**, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da reunião havida em onze de Setembro com a senhora Vereadora Dunia Palma, responsável pelo Pelouro da Habitação, e por forma a responder a um solicitação dessa Câmara Municipal para efectuar as escrituras de dois fogos no lote cento e quarenta e um da Praceta Habijovem, o que vai permitir a construção com rapidez desses dois fogos, vimos pela presente dar a nossa anuência para a venda dos referidos fogos, pelo valor unitário de dois milhões e quinhentos mil escudos. -----

--- Este valor resulta de uma avaliação na qual se inclui a expectativa da promessa de um terreno nas Fontainhas, do qual chegou a ser apresentado publicamente um projecto de loteamento elaborado pelo Gabinete de Apoio Técnico, que por motivos alheios a nós, não foi possível cumprir. -----

--- O resultado desta venda, será para satisfazer compromissos financeiros pendentes da obra, nomeadamente com parte dos arranjos exteriores. -----

--- A Cooperativa está em condições de a qualquer momento realizar esta escritura, pelo que solicitamos a maior brevidade por parte da Câmara.” -----

--- Na sequência deste ofício a senhora Vereadora Dunia Palma propôs a aquisição dos espaços vazados do lote cento e quarenta e um, para regularização de processos pendentes com a Cooperativa, sendo que a intervenção num dos espaços foi completada em mil novecentos e noventa e quatro e a segunda integra o pacote de realojamentos alvo de protocolo com o Instituto Nacional de Habitação.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a proposta da senhora Vereadora Dunia Palma. -----

CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM PARA O CENTRO NACIONAL DE EXPOSIÇÕES E MERCADOS AGRÍCOLAS

– **PLANO DE PAGAMENTOS** – Foi presente um ofício do Presidente do **Centro Nacional de Exposições**, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência da carta de V. Ex.^a, referência cento e um mil e oitenta e oito, processo C-vinte e dois, de vinte e sete de Setembro de dois mil e um, em que é explicada com detalhe a proposta em epígrafe, relativa à liquidação de uma dívida da Câmara Municipal de Santarém ao Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, no montante de cento e setenta milhões seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e quarenta e sete escudos, a Administração do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas desenvolveu alguns contactos no sentido de conseguir um adequado enquadramento do processo de viabilização económica e financeira do Centro, em execução. -----

--- Neste contexto, está a Administração em posição para conseguir junto de uma instituição bancária a abertura de uma linha de crédito, naquele montante de cento e setenta milhões seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e quarenta e sete escudos, por conta das transferências de verbas da Câmara Municipal de Santarém para o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, a que se refere o ofício de V. Ex.^a de

vinte e sete de Setembro de dois mil e um, cópia em anexo. -----

--- Como base de garantia desta operação, as citadas transferências serão feitas, de acordo com o calendário proposto, mensal, com início em dez de Novembro para a conta do Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas número 0033-645-12339798 no Banco Atlântico.-----

--- Não vale a pena sublinhar o interesse da operação para o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, pelo que ela de facto, pode assegurar de agilização dos nossos fluxos financeiros e do nosso fundo de maneiio, a curto e médio prazo, designadamente num momento em que, como é do conhecimento de V. Ex.^a, o Centro avança para a concretização de três projectos de investimento, no âmbito do seu Plano de Desenvolvimento Estratégico..”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento da receita a favor do Banco Comercial Português, Sociedade Anónima, referente ao crédito que o Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas tem perante a Autarquia, no montante de cento e setenta milhões seiscentos e vinte e sete mil seiscentos e quarenta e sete escudos, devendo efectuar o respectivo pagamento em vinte prestações no montante de oito milhões quinhentos e trinta e um mil trezentos e oitenta e dois escudos cada uma, com vencimento aos dias dez de cada mês. -----

--- **DET – DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL E TECNOLÓGICO, SOCIEDADE ANÓNIMA – AUMENTO DE CAPITAL** – Foi presente um ofício da **Sociedade em epígrafe**, informando que na Assembleia Geral de Accionistas foi aprovada a seguinte proposta: -----

--- “A realização imediata, a concretizar até ao final do ano de dois mil e um, de um aumento de capital social de cinquenta e dois milhões e quinhentos mil escudos para cento e cinquenta milhões trezentos e sessenta e um mil e quinhentos escudos.” -----

--- Na sequência desta deliberação convidam a Câmara para que até ao próximo dia vinte e cinco de Outubro, manifeste a intenção de subscrever a quota parte correspondente ao aumento de capital.-----

--- A Câmara, por maioria, com um voto contra do senhor Vereador Vicente Batalha, deliberou manifestar a intenção de subscrever a quota parte correspondente ao aumento de capital, passando a participação da Câmara a ser de três milhões de escudos. -----

--- **UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM** – Foram presentes os seguintes pedidos:

--- **UM – ACCÃO DE DESPEJO** – Pelo **Consultor Jurídico**, Dr. Luís Morgadinho, foi presente a informação número oitenta e nove, de oito do corrente mês, do seguinte teor: -----

--- “Sobre o processo, acima, identificado, cabe informar, sucintamente, o seguinte:-----

--- **Primeiro** -----

--- Na qualidade de mandatário da União Desportiva de Santarém, fomos notificados no final da semana passada, de Acórdão do Tribunal da Relação de Évora, confirmando a sentença proferida pelo Tribunal da Comarca de Santarém que declarou a resolução do contrato de arrendamento relativo ao campo de futebol sito em Chã das Padeiras. -----

--- Tal resolução fundamentou-se na cedência, não comunicada e não autorizada pelo senhorio, de espaço para instalação de uma antena de telecomunicações.-----

--- Trata-se de uma decisão final, insusceptível de recurso.-----

--- **Segundo**-----

--- Isto dito, e como é do nosso conhecimento, considerando, especialmente que-----

--- A União Desportiva de Santarém disputa, neste momento, no escalão sénior, um Campeonato Nacional de futebol. -----

--- Por outro lado, é desse campo que se servem os escalões de formação.-----

--- Além disso, é nesse recinto que a Associação de Futebol de Santarém, leva a cabo torneios de interesse regional.-----

--- É, por vezes, palco de jogos de futebol de carácter internacional, com a participação de selecção nacional, sobretudo, nas camadas jovens.-----

--- É, neste momento, o único campo de futebol relvado, na cidade de Santarém, em condições legais para a prática de futebol. -----

--- Trata-se de um espaço previsto em Plano Director Municipal de Santarém para a

prática desportiva.-----

--- Importa ponderar e equacionar os mecanismos, legalmente, previstos que permitem a adopção de solução útil, ainda que num horizonte temporal limitado. -----

--- Desde logo, à luz da Lei número um/noventa, de treze de Janeiro, conhecida pela Lei de Bases do Sistema Desportivo, “... *o governo pode determinar, por períodos limitados de tempo, a requisição de infra-estruturas desportivas de propriedade de entidades privadas para realização de competições desportivas adequadas à natureza daquelas, sempre que o justifique o interesse público e nacional e que se verifique urgência.*” (sublinhados nossos) – artigo trinta e seis, número dois, da Lei número um/noventa. -----

--- Para tanto, e na concretização destes princípios definidos na Lei de Bases, o Decreto-Lei número cento e cinquenta e três-A/noventa, de dezasseis de Maio, vem introduzir um regime especial de requisição de infra-estruturas desportivas. -----

--- A requisição interpolada ou sucessiva não pode exceder o período de doze meses, podendo promover-se a expropriação, nos termos da lei geral, antes de findo tal prazo. --

--- O acto de requisição “... *depende de prévio reconhecimento da sua necessidade por deliberação do Conselho de Ministros ...*”, efectuando-se mediante portaria do Ministro do Desporto – artigo terceiro da Lei número um/noventa. -----

--- **Terceiro**-----

--- Deste modo, **à luz deste regime jurídico, entendemos que:** -----

--- **a) Deve promover-se, de imediato, a instrução do pedido de requisição do campo de futebol sito em Chã das Padeiras, reunindo-se os elementos referidos no artigo quarto do Decreto-Lei número cento e cinquenta e três-A/noventa, sendo a requisição formulada em requerimento ao Ministro da Tutela.** -----

--- **b) Para tal efeito, é, a nosso ver, importante, ter presente que, há tempos, fracassaram negociações encetadas com os proprietários (Francisco Nunes Galinha e Esposa).** -----

--- **c) Por outro lado, na previsão dos encargos a suportar em execução da medida de requisição não pode descurar-se o facto de a União Desportiva de Santarém ter a**

seu cargo uma renda mensal de mil escudos. -----

--- **d) Por fim, crendo que o Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano teve a seu cargo o processo anterior, afigura-se-nos que deve a instrução do processo de requisição ser levada a cabo por este departamento, COM URGÊNCIA, com a colaboração do Pelouro do Desporto.** -----

--- O senhor **Vereador Vicente Batalha** proferiu as seguintes palavras: -----

--- “A União Desportiva de Santarém regressa à agenda das reuniões de Câmara e, infelizmente, não por boas razões. São horas e horas despendidas ao longo dos anos, sem resultados visíveis, para um clube importante para a cidade, o concelho, e a região, não se tendo conseguido criar condições para a estabilidade do União. Na minha perspectiva, por culpa da Câmara, pois se muito deu, e deu, mas não da melhor maneira, e as coisas estão como estão, somos forçados a concluir que fez mal, e contribuiu em muito para esta lamentável situação. Esta acusação não pode deixar de ser feita. -----

--- A CDU - Coligação Democrática Unitária sempre propôs um grande debate para discutir o futuro da União. À Câmara compete, como sempre dissemos, criar condições, nomeadamente, em infra-estruturas e equipamentos, para apoio e desenvolvimento dos agentes desportivos, à cabeça naturalmente os clubes e associações. De contrário, é uma forma pouco clara e incorrecta de “apoiar”. Não fomos levados tão a sério quanto seria de esperar, e era necessário. Tem sido um delapidar de oportunidades. -----

--- Apoiamos esta proposta, que se tem esgotado o diálogo, já devia ter sido há mais tempo, porque se tem perdido o tempo, e as coisas chegaram ao desprestígio que chegaram. Há responsáveis por toda esta situação. Concordamos com a informação do senhor Consultor Jurídico.”-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do senhor Presidente, de oito do corrente mês, concordando com o preconizado na informação atrás transcrita, agindo-se em conformidade.-----

--- Não se encontrava na sala durante a apreciação e discussão deste assunto o senhor Vereador Botas Castanho. -----

--- **DOIS – SUBSÍDIO PARA PAGAMENTO DE DESPESAS DE AUDITORIA ÀS CONTAS DA UNIÃO DESPORTIVA DE SANTARÉM** – Na sequência da

deliberação de dezanove de Abril último pelo **Clube em epígrafe**, foi presente uma carta do seguinte teor: -----

--- “A pedido da autarquia a que V. Ex.^a preside, este clube realizou uma auditoria às suas contas, com o objectivo de esclarecer diversos “dossiers” menos claros e de estabelecer regras de transparência no relacionamento entre o clube e a dita autarquia. --

--- Para o efeito solicitámos propostas a diversas empresas e apresentámos essas propostas ao executivo a que V. Ex.^a preside. -----

--- A proposta mais vantajosa foi por nós aprovada e a autarquia concedeu-nos um subsídio para cobrir os respectivos honorários (um milhão e quinhentos mil escudos mais IVA). -----

--- No entanto, a proposta em causa previa também o pagamento de despesas não quantificadas, porque na altura tal não era possível. Essa rubrica atingiu, no final dos trabalhos o valor de duzentos mil escudos mais IVA. -----

--- Na sequência da aprovação pela autarquia da escolha da proposta desta empresa, vimos solicitar a atribuição de um apoio no valor de duzentos mil escudos acrescido de IVA, para liquidação desta factura da Deloitte & Touche.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de duzentos mil escudos, acrescido de IVA, desde que sejam divulgados os resultados da auditoria. -

--- Não se encontrava na sala durante a apreciação e discussão deste assunto o senhor Vereador Botas Castanho. -----

--- **TROFÉU JORNAL “O RIBATEJO” – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pelo **Jornal em epígrafe**, foi presente um ofício a informar que vai comemorar dezasseis anos de existência e, como marco de efeméride decidiu instituir um troféu de qualidade para galardoar dezasseis entidades que mais se distinguiram ao longo destes dezasseis anos no distrito de Santarém. Para o efeito, solicita a atribuição de um subsídio no montante de um milhão e seiscentos mil escudos. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir ao Jornal “O Ribatejo” um subsídio no montante de um milhão e seiscentos mil escudos.

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha.-----

--- **GRUPO ONOMÁSTICO OS VITORES – LANÇAMENTO DE CD COM POEMAS DE VITOR RODRIGUES – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pelo Chefe de

Divisão, Dr. Humberto Nelson Ferrão do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quatrocentos e noventa e cinco, de oito do mês findo, do seguinte teor: -----

--- “O Grupo Onomástico “Os Vitores” vai editar um CD, com fados escritos pelo seu homónimo Vítor Rodrigues, escritos ao longo de vários anos e que têm sido cantados por diversos artistas da região. Com um trabalho reconhecido pelos inúmeros artistas que extravasam o âmbito da nossa região, os amigos de Vítor Rodrigues têm agora a grande oportunidade de editarem uma obra que poderá divulgar de forma inequívoca a obra deste escalabitano. -----

--- Apesar dos custos que uma edição destas sempre comporta, a autarquia tem dado algum apoio a este tipo de iniciativas, no caso de outras associações. Por isso, por informação da senhora Vereadora propõe-se a aquisição de um número de CD’s no valor total de duzentos e cinquenta mil escudos, como forma de apoio a esta edição de fados escritos por Vítor Rodrigues”. -----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, adquirir CD’s no valor total de duzentos e cinquenta mil escudos, conforme proposto na informação atrás transcrita.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação e votação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha.-----

--- **ROTA LEZÍRIA CLUBE TODO O TERRENO DE SANTARÉM – SÉTIMO PASSEIO TODO-O-TERRENO/II ROTA VINÍCOLA/GASTRONÓMICA NA**

BEIRA TEJO – PEDIDO DE APOIO – Na sequência de uma carta da Rota Lezíria –

Clube Todo o Terreno de Santarém, solicitando o apoio da Câmara para o passeio em epígrafe, o Técnico Superior de Educação Física do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, prestou a informação número quinhentos e seis, de onze do corrente mês, do seguinte teor:-----

--- “Tendo em conta o disposto na Lei de Bases do Sistema Desportivo, relativo ao apoio a atribuir às organizações desportivas, considerando a respectiva utilidade social;-

--- Tendo em conta as características da actividade de Todo-o-Terreno Turístico; -----

--- Considerando o pedido apresentado pelo Rota Lezíria – Clube Todo-o-Terreno de Santarém, relativo à organização do Sétimo Passeio de Todo-o-Terreno integrado nas actividades complementares do Festival Nacional de Gastronomia;-----

--- Deixo à consideração de V. Ex.^a a atribuição de um apoio logístico correspondente à comparticipação das refeições num valor máximo de duzentos mil escudos”. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, conceder o apoio logístico correspondente à comparticipação das refeições num valor máximo de duzentos mil escudos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **FUNDAÇÃO “O SÉCULO” – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Na sequência de um ofício da Fundação em epígrafe, solicitando apoio da Câmara para prosseguir e desenvolver a sua obra social, a Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de cinquenta mil escudos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ALCANEDE – PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS E CAMINHOS (DECRETO-LEI NÚMERO TRINTA E OITO-DOIS MIL E UM) – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar a transferência no montante de oitenta e quatro

milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis escudos, para pagamento dos trabalhos de pavimentação de estradas e caminhos da freguesia. -----

--- O **Coordenador do Gabinete de Apoio às Freguesias**, prestou a seguinte informação: -----

--- “Esta empreitada faz parte do Plano Geral de Intervenção da Rede Viária e encontra-se praticamente concluída. -----

--- De acordo com o protocolo de delegação de competências, propõe-se a transferência da verba de oitenta e quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis escudos, IVA de cinco por cento incluído, cumpridas que foram todas as formalidades e exigências legais.”-----

--- A Câmara, em face do parecer do Gabinete de Apoio às Freguesias, deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento e transferir para a Junta de Freguesia de Alcanede, a verba de oitenta e quatro milhões setecentos e sessenta e sete mil trezentos e sessenta e seis escudos. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE BAIXO – OBRAS DA SEDE DA JUNTA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Junta de Freguesia em epígrafe, foi presente um ofício a solicitar um subsídio no valor de sete milhões novecentos e quarenta e quatro mil e noventa e dois escudos, acrescido de IVA, para conclusão das obras na Sede da Junta. -----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de sete milhões novecentos e quarenta e quatro mil e noventa e dois escudos, acrescido de IVA. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE AZOIA DE CIMA – RESTAURO DA ESCOLA PRIMÁRIA – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS** – Pela Junta de Freguesia em

epígrafe, foi presente um ofício, a solicitar a transferência da quantia de três milhões oitocentos e vinte e seis mil e cem escudos, acrescido de IVA, destinado ao restauro da Escola Primária. -----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, transferir para a Junta de Freguesia de Azoia de Cima a quantia de três milhões oitocentos e vinte e seis mil e cem escudos, acrescido de IVA.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE PÓVOA DE SANTARÉM – PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA PROJECTO JARDIM DE INFÂNCIA** – Foi presente um ofício

da Junta de Freguesia em epígrafe, a solicitar um subsídio no montante de novecentos e trinta e seis mil escudos, para pagamento da execução do projecto do novo Jardim de Infância daquela freguesia.-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, conceder o subsídio solicitado, no montante de novecentos e trinta e seis mil escudos.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ROMEIRA – ESTRADA NÃO CLASSIFICADA ROMEIRA/ARAMANHA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Na sequência de um ofício da

Junta em epígrafe, solicitando a transferência de verba destinada à reparação da estrada Romeira/Aramanha, o **Gabinete de Apoio às Freguesias** prestou a seguinte informação:

--- “O Plano Geral de Intervenção da Rede Viária previu um financiamento para esta obra de dez mil contos. -----

--- O projecto técnico definiu uma intervenção diferente da inicialmente preconizada, pelo que o concurso promovido pela Junta de Freguesia, ditou a adjudicação por vinte e três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil seiscientos e oitenta escudos, acrescido de cinco por cento de IVA.-----

--- Propõe-se a aprovação dos trabalhos e a conseqüente transferência financeira para a Junta de Freguesia, após deliberação do Executivo.” -----

--- A Câmara, em face da informação do Gabinete de Apoio às Freguesias, deliberou, por unanimidade, aprovar os trabalhos e transferir para a Junta de Freguesia de Romeira a verba de vinte e três milhões oitocentos e cinquenta e seis mil seiscentos e oitenta escudos, acrescido de IVA. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE SALVADOR – TOPONÍMIA** – A Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a proposta da Junta de Freguesia de Salvador, atribuindo a denominação de Rua Quinta do Valmonte a um arruamento com início na Rua Engenheiro Rosa Júnior e términus na Rua do Outeirinho, rectificando a denominação Rua Quinta de Valbom atribuída em reunião de trinta de Agosto último, indicada pela Junta de Freguesia, por lapso. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE SANTA IRIA DA RIBEIRA DE SANTARÉM – MARCAÇÕES DE POLIDESPORTIVO – PEDIDO DE APOIO** – Pelo Técnico Superior de Educação Física, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, foi presente a informação número quinhentos e sete, de onze do corrente, do seguinte teor: -

--- “Na sequência do solicitado pela Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém, em face da conclusão das obras de recuperação do campo de jogos polidesportivo; -----

--- Considerando que a referida instalação desportiva dispõe de condições para a prática de Futebol e Andebol; -----

--- Tendo em conta que o custo estimado para a concretização das marcações daquelas modalidades corresponde a cerca de duzentos mil escudos (mais IVA); -----

--- Venho por este meio propor a atribuição de uma comparticipação financeira no valor

de duzentos e trinta e cinco mil escudos com vista a apoiar a realização de marcações do campo de pequenos jogos polidesportivo localizado na Ribeira de Santarém, iniciativa sob a responsabilidade da Junta de Freguesia de Santa Iria da Ribeira de Santarém.”-----

--- A Câmara, em face do parecer favorável da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho, deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no montante de duzentos e trinta e cinco mil escudos, à Junta de freguesia de Santa iria da Ribeira de Santarém. --

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE VALE DE FIGUEIRA – EQUIPAMENTO DA CASA MORTUÁRIA – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Foi presente um ofício da Junta em epígrafe, solicitando a atribuição de um apoio destinado à aquisição de equipamento para a Casa Mortuária, cujo custo ascendeu a um milhões trezentos e quarenta e seis mil escudos.-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um subsídio à Junta de Freguesia de Vale de Figueira, no montante de seiscentos e vinte e três mil escudos, correspondente a cinquenta por cento dos custos apresentados.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DA PURIFICAÇÃO DE PERNES – OBRAS DE RESTAURO DA CAPELA DE SANTO ANTÓNIO – PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Na sequência de um pedido da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Pernes, a Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um apoio no montante de setecentos e cinquenta mil escudos, para aquisição de materiais necessários ao restauro da Capela de Santo António, em Pernes. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Botas Castanho e Vicente Batalha. -----

--- **ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DE SANTARÉM – FUNERAL DO VICE-**

-PRESIDENTE – **JORGE MANUEL DUARTE CHAVES** – **PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Associação em epígrafe, foi solicitado um subsídio no montante de duzentos e oitenta mil escudos para pagamento das despesas do funeral do Vice-Presidente, Jorge Manuel Duarte Chaves, face à forma inesperada como este faleceu e devido à circunstância de não ter aparecido qualquer familiar que assumisse esta responsabilidade.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder um subsídio no montante de duzentos e oitenta mil escudos, à Associação Académica de Santarém, para pagamento do funeral do Vice-Presidente daquela Associação.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **CLUBE DESPORTIVO AMIENSE** – **PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pelo Clube em epígrafe, foi presente um ofício remetendo facturas relativas a obras de construção civil no parque de jogos daquele Clube, nos montantes de um milhão cento e sessenta e oito mil e doze escudos e um milhão cento e sessenta e sete mil quatrocentos e vinte e seis escudos.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, atribuir ao Clube Desportivo Amiense, um subsídio no montante total de dois milhões trezentos e trinta e cinco mil quatrocentos e trinta e oito escudos, correspondente às facturas apresentadas.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTARÉM** – **PEDIDO DE SUBSÍDIO** – Pela Associação Comercial de Santarém foi presente um ofício a solicitar um subsídio no montante de cento e oitenta e sete mil e quinhentos escudos mais IVA, para aquisição de T-shirts, a utilizar no Segundo Grande Prémio de Atletismo da Associação Comercial.-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder

à Associação Comercial de Santarém um subsídio no montante de cento e oitenta e sete mil e quinhentos escudos, acrescido de IVA, para aquisição das referidas camisolas.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **INSTALAÇÕES DA EDP – DISTRIBUIÇÃO ENERGIA, SA NA RUA MIGUEL BOMBARDA** – Foi presente um ofício da **EDP - Distribuição Energia, S.A.**, do seguinte teor:-----

--- “...na sequência da visita às instalações da Senhora Vereadora, Dr.^a Maria da Graça Morgadinho, em onze do corrente, serve a presente para informar o seguinte:-----

--- Á excepção do espaço ocupado pelo nosso Centro de Construção – primeiro andar do lado esquerdo -, as restantes instalações estão em condições de serem entregues à Câmara Municipal;-----

--- Apesar não serem necessários para o desenvolvimento das nossas actividades específicas, solicitamos que se mantenha a disponibilização dos espaços actualmente ocupados pelo Clube de Pessoal da EDP - Distribuição Energia, S.A. – rés-do-chão do lado esquerdo -, dado que é relativamente simples isolar fisicamente aqueles espaços da parte restante do edifício;-----

--- Dado que os fornecimentos são comuns a todo o edifício, necessário se torna adaptar as respectivas instalações;-----

--- Nesta data, as previsões para transferência do Centro de Condução, apontam para o final do ano de dois mil e dois.”-----

--- Na sequência deste ofício a senhora **Vereadora da Cultura** prestou a seguinte informação:-----

--- “Como já referi em reunião de Câmara, no período das informações, fui visitar as instalações que a EDP - Distribuição Energia, S.A. agora devolve à Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Creio, no entanto, salvo melhor opinião, que as ditas instalações não se encontram “em condições de serem entregues à Câmara”, como refere o ofício anexo.-----

--- As instalações estão muito degradadas e julgo que o auto de recepção das mesmas deverá ser acompanhado de uma visita técnica ao local, por parte do Departamento de Assuntos Culturais e Sociais e do Departamento de Obras Municipais, para verificar o estado das instalações e os procedimentos a adoptar.” -----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta da senhora Vereadora Maria da Graça Morgadinho.-----

--- Não se encontrava presente na sala durante a apreciação deste assunto, o senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- **ESCOLA SECUNDÁRIA SÁ DA BANDEIRA – IV ENCONTRO DE CIENTISTAS DO FUTURO DAS ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO – PEDIDO DE PATROCÍNIO** – Pela Escola em epígrafe, foi presente um ofício do seguinte teor:-----

--- “Na sequência de um projecto iniciado no ano lectivo de mil novecentos e noventa e oito/noventa e nove, está o Grupo Dinamizador do projecto Escola Associada da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, desta escola, a organizar o Encontro em epígrafe cujo tema, no corrente ano será “A Investigação Científica ao Serviço da Comunidade” e que se realizará nesta Escola de oito a doze de Janeiro de dois mil e dois.-----

--- O Encontro tem os seguintes objectivos:-----

--- “Fomentar a aquisição e aplicação de um saber cada vez mais profundo, assente no estudo, na reflexão crítica, na observação e na experimentação” in LBSE. -----

--- Incentivar os jovens para uma carreira científica.-----

--- Alertar para os limites que a ética põe à actividade dos investigadores.-----

--- Fazer sentir que a Ciência deve ser cada vez mais um empreendimento colectivo e solidário, não só na fase de construção mas também nas relações entre “produtores” e “consumidores”.-----

--- Favorecer o diálogo entre cientistas e jovens. -----

--- Motivar para novos horizontes relativos ao conhecimento científico e as novas

aprendizagens.-----

--- Sensibilizar para as implicações do conhecimento científico e tecnológico em questões que actualmente preocupam o Homem e a sociedade em geral.-----

--- Incentivar o gosto pelas actividades experimentais como meio privilegiado para o desenvolvimento pessoal e interpessoal.-----

--- No Encontro participarão professores e alunos de Escolas Secundárias Associadas da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura de Portugal, Espanha e Brasil, aos quais será proporcionado contacto com as instituições que em Santarém desenvolvem projectos de investigação científica (Estação Zootécnica Nacional e ESAS?) com as quais esta Escola já estabeleceu parcerias.-----

--- Assim, solicito a V. Ex.^a que, à semelhança do ano anterior, a Câmara Municipal de Santarém seja um dos patrocinadores do Encontro:-----

--- Facultando os transportes Santarém – Estação Zootécnica Nacional – Santarém e para uma visita de estudo fora de Santarém;-----

--- Oferecendo, aos participantes, um jantar regional e/ou se possível apoio financeiro, eventualmente, a possibilidade de assistência a algum espectáculo patrocinado pela Câmara Municipal de Santarém.”-----

--- A Câmara, sob proposta do senhor Presidente, deliberou, por unanimidade, conceder os apoios solicitados.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano.-----

--- **CAS - CENTRO DE APOIO SOCIAL DO PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL E SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE SANTARÉM – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DO BRASÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTARÉM** – Foi presente um ofício do Centro em epígrafe solicitando autorização para desenhar o Brasão da Câmara Municipal de Santarém com as referências àquele Centro na parede do respectivo refeitório.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar o solicitado.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **JUNTA DE FREGUESIA DE ACHETE – TOPONÍMIA** – A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar os topónimos para as Ruas do lugar de Dom Fernando, propostos pela Junta de Freguesia em epígrafe, face à aprovação da Assembleia de Freguesia e concordância da respectiva população. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **TRÂNSITO** – Foram presentes os seguintes pedidos:-----

--- **UM** – De António Veiga, a solicitar autorização para colocação de um sinal de estacionamento proibido na Travessa da Rafoa. -----

--- **O Departamento de Obras Municipais** informou:-----

--- “Face à largura da via (sete metros), verifica-se ser incompatível o estacionamento de ambos os lados da rua com a circulação em ambos os sentidos. -----

--- Neste contexto considera-se que o sinal de estacionamento proibido proposto pelo requerente poderá contribuir para a melhoria das condições de circulação no local.” -----

--- A Câmara, em face do parecer do Departamento de Obras Municipais, deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **DOIS** – De **Amílcar José Nobre Tiopisto**, a solicitar autorização para colocação de um sinal de estacionamento proibido, frente ao portão de uma sua propriedade na Rua Engenheiro António Torres, em Pernes. -----

--- **O Departamento de Obras Municipais**, informou:-----

--- “Por troca de impressões com o requerente e visita ao local, confirma-se a existência de um portão de acesso à propriedade.-----

--- Não se vê qualquer inconveniente na afixação do sinal de estacionamento proibido, uma vez que se trata da sinalização de uma proibição já definida no Código da Estrada.

Trata-se portanto do reforço de uma proibição já estabelecida por lei.” -----

--- A Câmara, em face do parecer do Departamento de Obras Municipais, deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **VISTORIAS** – Foi presente uma carta de **Armando do Rosário Carvalho**, residente na Rua do Comércio, número nove, na freguesia de Alcanede, deste concelho, solicitando vistoria à sua habitação, para verificação das suas condições de habitabilidade. -----

--- A **Comissão de vistoria** concluiu: -----

--- “Trata-se de um edifício de dois pisos, localizado em Alcanede, destinado a comércio e habitação.-----

--- O edifício é confinante à esquerda e direita com edifícios semelhantes pertencentes a Arnaldo Lopes Filipe e António Maria Fialho respectivamente. -----

--- Existem sinais nas paredes interiores da habitação do queixoso que confirmam a existência de infiltrações de águas pluviais a partir das paredes de encosto com os referidos edifícios. -----

--- As infiltrações afectam os dois espaços comerciais e a habitação no primeiro andar. -

--- Os proprietários dos referidos edifícios devem ser intimados a proceder a obras de reparação no sentido de eliminar as referidas infiltrações.”-----

--- A Câmara, sob proposta da senhora Vereadora Dunia Palma, deliberou, por unanimidade, notificar os proprietários dos prédios confinantes com o do queixoso, no sentido de proceder às reparações preconizadas pela Comissão de Vistorias. -----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA EM REGIME DE DIREITO DE SUPERFÍCIE** – Foi presente uma carta de **Rui Miguel Ferreira Neves Piso**, residente em Santarém, solicitando autorização para proceder à venda, em regime de direito de

superfície, da fracção “B”, correspondente ao rés-do-chão, direito do prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, número doze, freguesia de São Nicolau, nesta Cidade.-----

--- Solicita ainda certidão em como a Câmara autoriza hipoteca da mesma fracção a favor do Banco Internacional de Crédito, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão e renunciando ainda ao direito de preferência na transmissão efectuada bem como noutras que venham a ocorrer.-----

--- A Câmara deliberou, por unanimidade, autorizar a venda e certificar que não pretende exercer o direito de preferência sobre a alienação da fracção “B”, correspondente ao rés-do-chão, direito, do prédio sito na Praceta Professor Doutor Francisco da Luz Rebelo Gonçalves, nesta Cidade. -----

--- Mais foi deliberado certificar que se autoriza a constituição da hipoteca a favor do Banco Internacional de Crédito, reconhecendo a sua subsistência mesmo em caso de reversão.-----

--- Não se encontravam presentes na sala durante a apreciação deste assunto, os senhores Vereadores Vicente Batalha e Rosa Maria Feliciano. -----

--- **PROCESSO DISCIPLINAR INSTAURADO AO FUNCIONÁRIO LUÍS NAZARÉ FERREIRA (APRECIACÃO EM PRIVADO)** – A Câmara deliberou, por unanimidade, retirar o processo da presente reunião e submetê-lo a prévio parecer jurídico.-----

----- **TEMAS PARA CONHECIMENTO DO EXECUTIVO MUNICIPAL** -----

--- Informação da **Casa do Brasil**, número duzentos e setenta e nove, de dois do corrente mês, enviando Relatório de visitantes durante o mês de Setembro.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação conjunta do Director do **Departamento Administrativo e Financeiro** e do Director do **Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente**, de três do corrente mês, a propor a redistribuição dos serviços, devido à passagem dos serviços da Divisão de Gestão Urbanística para as novas instalações no primeiro andar do prédio número

vinte e um do Largo do Município, do seguinte teor:-----

--- “Tendo terminado as obras de adaptação da fracção sita no número vinte e um do Largo do Município, destinadas à instalação da Divisão de Gestão Urbanística, permitindo a desocupação do espaço actualmente ocupado por essa Divisão, vimos propôr a V. Ex.^a a seguinte redistribuição dos serviços de modo a dar-lhes as melhores condições de trabalho e torná-los mais funcionais:-----

--- As novas instalações sitas no primeiro andar do prédio sito no número vinte e um serão ocupadas pela Divisão de Gestão Urbanística e pela Secção de Habitação, à excepção da Operadora de Reprografia e do desenhador António Alves, que ficarão no espaço antes ocupado pela Secção de Habitação; -----

--- O atendimento do público relacionado com a Secção de Habitação será assegurado nas actuais instalações da Secção de Taxas e Licenças, num dos postos de atendimento que será disponibilizado para o efeito; -----

--- A sala situada no primeiro andar do edifício dos Paços do Concelho, bem como o gabinete adjacente antes ocupado pela Divisão de Gestão Urbanística ficarão disponibilizados para a Repartição de Recursos Humanos, que terá, ainda, um posto de atendimento no espaço antes ocupado pela Secção de Habitação; -----

--- O senhor Arquitecto Assessor Humberto Martinho poderá mudar-se para um gabinete das mesmas instalações provisórias da Divisão de Gestão Urbanística deixando o seu actual gabinete livre para o Dr. Paulo Pinto, que deixaria as funções que desempenha no Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento; -----

--- Para rentabilizar as funcionalidades resultantes de uma maior proximidade aos serviços financeiros, a Secção de Compras e Património poderá ocupar as actuais instalações da Repartição de Recursos Humanos. -----

--- A fim de garantir o acesso às suas instalações, recomenda-se a colocação de um vaso no espaço situado entre os dois lugares de estacionamento, longitudinal e em espinha frente ao edifício, conforme esquema representado em baixo.” -----

--- Tomado conhecimento, do despacho de concordância do senhor Presidente.-----

--- Informação número duzentos e sessenta e cinco, de três do corrente mês, do **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, relativa à aquisição de parcela de terreno necessária ao nó de ligação à rede existente, no âmbito do Parque de Negócios da Mafarra, do seguinte teor:-----

--- “Na sequência do desenvolvimento do processo, segue, em anexo, um fax enviado pelo mandatário forense da proprietária de uma parcela de terreno necessária para o nó de ligação.-----

--- Em termos sucintos, trata-se do seguinte:-----

--- Primeiro – Aquisição de duzentos e cinquenta metros quadrados da referida parcela;

--- Segundo – O Perito da Lista Oficial, nos termos do número quatro do artigo décimo do Código das Expropriações, alvitra o valor de trezentos e quinze escudos/metro quadrado;-----

--- Terceiro – O mandatário forense do proprietário apresenta a quantia de dois mil escudos/metro quadrado, com base no seguinte:-----

--- a) No cumprimento do princípio da igualdade, em terrenos que distam cerca de duzentos metros, a Câmara Municipal ofereceu o valor de dois mil escudos/metro quadrado;-----

--- b) Nas expropriações efectuadas na zona, pelo Instituto de Estradas de Portugal, em virtude da Auto-estrada quinze, foram pagos os valores que oscilaram entre mil oitocentos e vinte escudos e dois mil e setecentos escudos.-----

--- No Código das Expropriações, o valor de justa indemnização, nos termos do número um do artigo vinte e três, cinge-se ao valor real e corrente do bem numa situação normal do mercado na data da publicação da declaração de utilidade pública.-----

--- Para se atingir este critério, poder-se-á tomar mão de vários mecanismos.-----

--- Os mecanismos apresentados por nós e pelo mandatário forense enquadram-se na previsão normativa referida e, por conseguinte, encontram-se devidamente suportados nos termos do Código das Expropriações, nos termos dos artigos vinte e seis e vinte e sete do Código das Expropriações.-----

--- Perante isto, importa ponderar o seguinte: -----

--- Primeiro – Aceitar o valor de dois mil escudos/metro quadrado, em face da argumentação apresentada que se enquadra nos termos da legislação aplicável à situação, comportando o pagamento de quinhentos mil escudos; -----

--- Segundo – Não aceitar o valor de dois mil escudos/metro quadrado e encetar um procedimento de expropriação, com valor no valor de trezentos e quinze escudos, com a necessidade da Câmara Municipal deliberar requerer a declaração de utilidade pública, mediante anexação de documentação imprescindível ao processo, e, posteriormente, remessa ao Ministro do Ordenamento do Território para declarar a utilidade pública.”---

--- Tomado conhecimento do despacho do senhor Presidente, concordando com o valor proposto.-----

--- Informação do **Gabinete de Assuntos Jurídicos**, número duzentos e setenta, de nove do corrente mês, a informar do desenvolvimento administrativo da negociação tendente à aquisição da propriedade do senhor Fernando José Canelas de Brito Pestana, para o nó de ligação à rede existente – Parque de Negócios da Mafarra, do seguinte teor: -----

--- “Na sequência do desenvolvimento do procedimento administrativo, segue, em anexo, um fax enviado pelo gestor de negócios do proprietário da parcela de terreno necessária para o nó de ligação.-----

--- Em termos sucintos, trata-se do seguinte: -----

--- Primeiro – Aquisição da totalidade do terreno – quatro mil setecentos e sessenta metros quadrados em vez de três mil trezentos e dez metros quadrados propostos pelos técnicos; -----

--- Segundo – Indicação do valor de quinhentos e quarenta e sete escudos e cinquenta centavos/metros quadrados, perfazendo a quantia de dois milhões seiscentos e seis mil duzentos e sessenta e seis escudos. -----

--- No Código das Expropriações, o valor de justa indemnização, nos termos do número um do artigo vinte e três, cinge-se ao valor real e corrente do bem numa situação normal do mercado na data da publicação da declaração de utilidade pública.-----

--- Para se atingir este critério, poder-se-á tomar mão de vários mecanismos. -----

--- Os mecanismos apresentados por nós e pelo gestor de negócios enquadram-se na previsão normativa referida e, por conseguinte, encontram-se devidamente suportados nos termos do Código das Expropriações, nos termos dos artigos vinte e seis e vinte e sete do mesmo diploma legal. -----

--- Quanto ao pedido da expropriação total, o número dois do artigo terceiro do Código das Expropriações permite a expropriação total quando:-----

--- a) A parte restante não assegure, proporcionalmente, os mesmos cómodos que oferecia todo o prédio;-----

--- b) Os cómodos assegurados pela parte restante não tiverem interesse económico para o expropriado, determinado objectivamente.-----

--- Pelo exposto, parece-nos que a situação enquadra-se no preceituado anteriormente, podendo-se adquirir a totalidade da parcela, caso V. Ex.^a assim o entenda.-----

--- Perante isto, importa ponderar o seguinte: -----

--- Primeiro – Aceitar o valor de quinhentos e quarenta e sete escudos e cinquenta centavos/metro quadrado, em face da argumentação apresentada que se enquadra, nos termos da legislação aplicável à situação, comportando o pagamento de dois milhões seiscentos e seis mil duzentos e sessenta e seis escudos;-----

--- Segundo – Não aceitar este valor e encetar um procedimento de expropriação, com o valor de trezentos e quinze escudos, havendo a necessidade da Câmara Municipal requerer a declaração de utilidade pública, mediante anexação de documentação imprescindível ao processo, e, posteriormente, remessa ao Ministro do Ordenamento do Território para declarar a utilidade pública.”-----

--- Tomado conhecimento, do despacho do senhor Presidente, no sentido de se proceder à aquisição do terreno necessário pelo preço de dois mil escudos/metro quadrado.-----

--- Informação do **Gabinete de Protecção Civil**, número cento e três, de nove do corrente mês, enviando o documento de intervenção de socorro para a Auto-estrada quinze. -----

- Tomado conhecimento. -----
- Informação número trezentos e quatro, de doze do corrente mês, do **Departamento de Obras Municipais**, remetendo acta da reunião verificada em nove do corrente mês, com vários agentes envolvidos em trabalhos de infraestruturas da cidade, com o objectivo de articular as acções a desenvolver por cada um. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Informação do **Director do Projecto Municipal de Consolidação do Sistema Urbano**, número sessenta e quatro, de um do corrente mês, enviando o relatório da reunião Inter-Câmaras do Gabinete de Apoio Técnico de Santarém. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Ofício número quatro mil setecentos e setenta e sete, de nove do corrente mês, do **Ministério da Cultura – Torre do Tombo**, a enviar original do Acordo de Colaboração, celebrado entre a Câmara Municipal de Santarém e o Instituto, no âmbito do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM – Programa de Apoio aos Arquivos Municipais), ficando o mesmo anexo à presente acta, dispensando-se a sua transcrição nos termos da lei. (Documento II). -----
- Tomado conhecimento. -----
- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém** número cento e setenta e nove de um do corrente mês remetendo a folha de presenças dos membros do Executivo Camarário, presentes na Sessão Ordinária de Setembro. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, número cento e oitenta e três, de um do corrente mês, informando que a proposta de alteração do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Santarém, foi aprovada em sessão ordinária realizada em vinte e oito do mês findo. -----
- Tomado conhecimento. -----
- Ofício da **Assembleia Municipal de Santarém**, número cento e oitenta e quatro, de um do corrente mês, informando que a proposta de alteração do Plano Director

Municipal – Quinta do Mergulhão, foi aprovada em sessão ordinária realizada em vinte e oito do mês findo.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Serviço Nacional de Bombeiros**, número D cento e trinta e quatro, de quatro do mês findo, informando ter sido homologada a nomeação do senhor Rui Manuel da Silva Nunes Pereira, para desempenho das funções de Comandante dos Bombeiros Voluntários de Santarém. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício da **Escola Prática de Cavalaria**, número quatrocentos e noventa e três/SOIS, de três do corrente mês, a agradecer todo o apoio prestado pela Câmara Municipal de Santarém à realização da tradicional “Espera a Cavallo”. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do Coronel de Infantaria – Aprígio Ramalho, da **Guarda Nacional Republicana, Brigado número dois**, número quatro mil cento e dezasseis, de vinte e seis do mês findo, a informar que terminou as funções de Comandante da Brigada Territorial número dois, agradecendo à Câmara Municipal de Santarém todo o apoio e colaboração prestados. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício-fax da **Fundação Cidade de Lisboa**, de um do corrente mês, a informar que terminou a estada da Delegação de Alunos dos Cursos de Português realizados em Goa, que visitaram Portugal, agradecendo à Câmara Municipal de Santarém todo o apoio e colaboração prestadas.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Ofício do **Instituto Politécnico de Santarém**, de um do corrente mês, informando que será a aluna Ana Cristina Marques Prata, da Escola Superior de Educação que irá receber o prémio Câmara Municipal de Santarém.-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Circular número oitenta e sete, de dez do corrente mês, da **Associação Nacional de**

Municípios Portugueses, a enviar informações sobre “Lei Orgânica número um/dois mil e um, de catorze de Agosto – Regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais – Inelegibilidades”. -----

--- Tomado conhecimento. -----

--- **Em virtude de não constarem da ordem de trabalhos, o senhor Presidente solicitou aos senhores Vereadores autorização para incluir na mesma os assuntos seguintes não tendo havido oposição.** -----

--- **CIAC – Centro de Informação Autárquico ao Consumidor – Relatório de Setembro.**-----

--- Tomado conhecimento. -----

--- Informação número quinhentos e doze, de dezasseis do corrente mês, do **Departamento de Assuntos Culturais e Sociais**, a apresentar a estimativa orçamental e mapa de trabalhos dos Arranjos Exteriores do Complexo Aquático de Santarém, e sugerindo a abertura de concurso para esta empreitada, cujo valor base é sessenta e cinco milhões cento e oitenta e seis mil e setecentos escudos.-----

--- Tomado conhecimento do despacho de concordância do senhor Presidente. -----

----- **INFORMACÕES PRESTADAS PELOS SENHORES PRESIDENTE E**-----

----- **VEREADORES**-----

--- Após apreciação dos documentos apresentados à reunião, intervieram para dar conhecimento de diversos assuntos, os seguintes membros da Câmara Municipal. -----

--- **SENHOR PRESIDENTE JOSÉ MIGUEL CORREIA NORAS** – Deu conhecimento das decisões proferidas durante as últimas semanas, de acordo com o número três do artigo sessenta e cinco, da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro. -----

--- **DOIS** – Dia quatro de Outubro – Visitou as obras em curso nas novas piscinas municipais. -----

--- **TRÊS** – Recebeu o antigo Presidente da Câmara Municipal de Tomar, Dr. Pedro Marques.-----

- **QUATRO** – Reuniu-se com os docentes promotores do “IV Encontro de Cientistas do Futuro das Escolas Associadas da UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura” que decorrerá de oito a doze de Janeiro de dois mil e dois, na Escola Secundária de Sá da Bandeira. -----
- **CINCO** – Visitou as obras em curso nas acessibilidades de Santarém (cidade).-----
- **SEIS** – Reuniu-se com a Direcção da Sociedade Numismática de Santarém. -----
- **SETE** – Dia cinco de Outubro – Recebeu a Delegação Distrital de Santarém da Ordem dos Engenheiros. -----
- **OITO** – Recebeu o Presidente do Grupo Cintra. -----
- **NOVE** – Participou na sessão solene do septuagésimo aniversário da Associação Académica de Santarém. -----
- **DEZ** – Recebeu o Presidente do Grupo J. J. Louro. -----
- **ONZE** – Visitou a LUSOFLORA, na sua décima sexta edição. -----
- **DOZE** – Dia seis de Outubro – Participou no almoço de confraternização promovido pela Associação Académica de Santarém e integrado no programa comemorativo do seu septuagésimo aniversário.-----
- **TREZE** – Dia sete de Outubro – Recebeu Sua Excelência o Ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas. -----
- **CATORZE** – Associou-se à cerimónia de encerramento da LUSOFLORA. -----
- **QUINZE** – Dia oito de Outubro – Recebeu a Direcção de Distribuição Lisboa/Santarém dos C.T.T.. -----
- **DEZASSEIS** – Reuniu-se com o Director de Estradas de Santarém. -----
- **DEZASSETE** – Recebeu o Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Alpiarça. -----
- **DEZOITO** – Presidiu à assinatura dos protocolos de colaboração entre os municípios de Almeirim, Alpiarça e Santarém, no âmbito da candidatura a Património Mundial. -----
- **DEZANOVE** – Reuniu-se com o Director do Projecto Municipal "Santarém a

Património Mundial".-----

--- **VINTE** – Recebeu a Direcção do Centro de Cultura e Recreio Alexandre Herculano (freguesia de Azoia de Baixo).-----

--- **VINTE E UM** – Reuniu-se com o Presidente do Núcleo de Santarém do NERSANT - Associação Empresarial da Região de Santarém.-----

--- **VINTE E DOIS** – Dia nove de Outubro – Recebeu o Presidente do Grupo Cintra.----

--- **VINTE E TRÊS** – Recebeu Sua Excelência o Primeiro-Ministro.-----

--- **VINTE E QUATRO** – Associou-se à cerimónia inaugural da auto-estrada número oito e auto-estrada número quinze, que decorreu em Santarém.-----

--- **VINTE E CINCO** – Reuniu-se com o Delegado Distrital da Protecção Civil. -----

--- **VINTE E SEIS** – Recebeu o candidato do Bloco de Esquerda à Presidência da Câmara Municipal de Santarém (eleições autárquicas de dezasseis de Dezembro).-----

--- **VINTE E SETE** – Reuniu-se com o Presidente da União Desportiva de Santarém. ---

--- **VINTE E OITO** – Dia dez de Outubro – Reuniu-se com o Presidente da Escola Superior de Gestão de Santarém. -----

--- **VINTE E NOVE** – Recebeu Sua Excelência o Vice-Presidente da Assembleia da República, Doutor Mota Amaral. -----

--- **TRINTA** – Interveio na sessão inaugural do XXI Colóquio Nacional da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----

--- **TRINTA E UM** – Dia onze de Outubro – Presidiu, nos Paços do Concelho de Lamego, a nova reunião da Direcção da Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico. -----

--- **TRINTA E DOIS** – Recebeu Sua Excelência o Secretário de Estado da Cultura.-----

--- **TRINTA E TRÊS** – Interveio na cerimónia de outorga do Prémio Nacional de Arquitectura "Alexandre Herculano".-----

--- **TRINTA E QUATRO** – Presidiu ao jantar em honra dos autarcas participantes no XXI Colóquio Nacional da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais.-----

- **TRINTA E CINCO** – Dia doze de Outubro – Visitou as obras em curso na cidade de Santarém. -----
- **TRINTA E SEIS** – Dia treze de Outubro – Participou no “Fórum com Eleitos Locais”, integrado no XXI Colóquio da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----
- **TRINTA E SETE** – Recebeu Sua Excelência o Secretário de Estado da Administração Local. -----
- **TRINTA E OITO** – Interveio na cerimónia de encerramento do XXI Colóquio Nacional da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----
- **TRINTA E NOVE** – Dia catorze de Outubro – Visitou a Póvoa da Isenta. -----
- **QUARENTA** – Dia quinze de Outubro – Recebeu os promotores da Fábrica de Automóveis Ecológicos, a instalar em Santarém. -----
- **QUARENTA E UM** – Presidiu à conferência de imprensa destinada a divulgar as acções dos Bombeiros Municipais de Santarém, programadas para dia vinte do presente mês. -----
- **QUARENTA E DOIS** – Reuniu-se com o Presidente da Junta de Freguesia de Alcanhões. -----
- **QUARENTA E TRÊS** – Participou nos trabalhos da Assembleia Municipal, cuja sessão fora iniciada em vinte de Setembro próximo passado. -----
- **QUARENTA E QUATRO** – Dia dezasseis de Outubro – Recebeu Suas Excelências os Secretários de Estado da Cultura e do Turismo. -----
- **QUARENTA E CINCO** – Participou no acto inaugural da sede da Federação das Confrarias da Gastronomia Portuguesa. -----
- **QUARENTA E SEIS** – Associou-se à inauguração do Festival Nacional de Gastronomia. -----
- **QUARENTA E SETE** – Recebeu a Directora da Escola Profissional de Vale do Tejo. -----
- **QUARENTA E OITO** – Reuniu-se com o Presidente da Direcção do NERSANT -

Associação Empresarial da Região de Santarém.-----

--- **QUARENTA E NOVE** – Dia dezassete de Outubro – Recebeu o Presidente da Direcção da Associação Académica de Santarém. -----

--- **CINQUENTA** – Visitou as obras em curso na cidade de Santarém. -----

--- **CINQUENTA E UM** – Recebeu o Coordenador de Memória, Património e Planeamento Estratégico, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, da Prefeitura de Santana de Paraíba (Brasil).-----

--- **CINQUENTA E DOIS** – Dia dezoito de Outubro – Presidiu à cerimónia de abertura do ano lectivo da Escola Profissional do Vale do Tejo. -----

--- **CINQUENTA E TRÊS** – Visitou as obras em execução na cidade. -----

--- **CINQUENTA E QUATRO** – Presidiu a nova reunião interna de coordenação da actividade autárquica.-----

--- **CINQUENTA E CINCO** – Sob sua proposta a Câmara aprovou, unanimemente, em minuta os termos da presente acta, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

--- **CINQUENTA E SEIS** – Recordou que a próxima reunião camarária realizar-se-á dia trinta e um de Outubro, na sede da Junta de Freguesia do Arneiro das Milhariças, com início às vinte e uma horas. -----

--- **SENHORA VEREADORA DUNIA PALMA** – **UM** – Manifestou a sua satisfação por se encontrar na Póvoa de Santarém. -----

--- Saudou todos os presentes e sublinhou o agrado com que trabalhou, durante oito anos, com o senhor Presidente da Junta. Afirmou ser difícil encontrar um homem com tanta garra. -----

--- Aludiu ao novo Jardim de Infância referindo que provavelmente no início do próximo ano lectivo as novas instalações estarão concluídas e poderá haver um equipamento que responde plenamente às crianças de toda a freguesia. -----

--- Desejou ao senhor Presidente da Junta boa sorte e os maiores êxitos no futuro, assim como a toda a população da Póvoa de Santarém.-----

--- **DOIS** – Dia quatro de Outubro – Integrou a visita ao Complexo Aquático Municipal

na sequência da reunião do Executivo Municipal. -----
--- **TRÊS** – Reuniu com o senhor Presidente da Associação de Pais da Escola Básica número seis de Santarém – Vale de Estacas.-----
--- **QUATRO** – Na Casa do Brasil contactou os participantes no encontro internacional de Biofísica.-----
--- **CINCO** – Dia cinco de Outubro – Representou o Senhor Presidente da Câmara na inauguração da “Lusoflora” que contou com a presença do senhor Director Geral da Protecção Agrícola. -----
--- **SEIS** – Em representação do Senhor Presidente esteve no jantar de encerramento do II Encontro de Biofísica, no qual o presidente da Sociedade de Biofísica fez entrega de uma placa de reconhecimento à Autarquia pelos apoios proporcionados. -----
--- **SETE** – Dia seis de Outubro – Assistiu no Instituto Português da Juventude à Festa do Idoso, organizada pelas Juntas de Freguesia da Cidade que consistiu numa iniciativa muito bem conseguida e que mobilizou fundamentalmente todos aqueles que vêm participando nos Passeios de verão da responsabilidade do Pelouro de Acção Social. ----
--- **OITO** – Dia sete de Outubro – Acompanhou a visita à Lusoflora do senhor Ministro da Agricultura.-----
--- **NOVE** – Dia oito de Outubro – Reuniu na Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo a propósito de candidaturas no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio III.-----
--- **DEZ** – Reuniu, no Instituto Nacional de Habitação, com o Arquitecto Vasco Folha, sobre a análise às propostas apresentadas no âmbito do concurso de Habitação Social. --
--- **ONZE** – Dia nove de Outubro – Assistiu em Caparide – Cascais, no dia nacional da informação dois mil e um – ao seminário “Pessoas com deficiência: novas perspectivas para uma inclusão plena” organizado pelo Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência. -----
--- **DOZE** – Participou na Assembleia da Escola D. Manuel I em Pernes. -----
--- **TREZE** – Dia dez de Outubro – Recebeu o Engenheiro Pedro Guimarães para

equacionar uma melhor divulgação da Escola Fixa de trânsito. -----

--- **CATORZE** – Recebeu munícipe a propósito do processo de contra-ordenação número cento e trinta/dois mil e um. -----

--- **QUINZE** – Assistiu à sessão inaugural do XXI Colóquio Nacional da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais – Santarém/dois mil e um.-----

--- **DEZASSEIS** – Participou na Assembleia da Escola Mem Ramires. -----

--- **DEZASETE** – Dia onze de Outubro – Recebeu munícipes no âmbito de processos de vistoria. -----

--- **DEZOITO** – Participou na mesa redonda sobre o EURO, integrada no Colóquio da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----

--- **DEZANOVE** – Dia doze de Outubro – Deslocou-se ao Jardim de Infância de São Domingos para avaliar no local a aplicação das medidas em curso para desratização do espaço e também na tentativa de clarificar o teor da acta do Conselho Consultivo na qual são feitas acusações à postura da Câmara relativamente ao Jardim. Foram informados que apenas foram vertidas para a acta as palavras dos representantes da Junta de Freguesia com as quais o corpo docente e os representantes dos Pais não se identificaram. -----

--- **VINTE** – Acompanhou, durante a tarde, os trabalhos do Colóquio da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----

--- **VINTE E UM** – Dia treze de Outubro – Assistiu aos trabalhos do Colóquio da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais – mesa redonda com eleitos locais – descentralização administrativa e à sessão de encerramento que contou com a presença do Senhor Secretário de Estado da Administração do Território e foi abrilhantada pelo coro do Círculo Cultural Scalabitano. -----

--- **VINTE E DOIS** – Dia quinze de Outubro – Reuniu com técnicos do Departamento de Gestão Urbanística e Ambiente, Departamento de Obras Municipais e Consultor Jurídico para apreciar processo de ampliação do cemitério dos Capuchos, no que respeita à ocupação de terrenos com o acesso à zona de ampliação.-----

- **VINTE E TRÊS** – Esteve presente na reunião da Assembleia Municipal. -----
- **VINTE E QUATRO** – Dia dezasseis de Outubro – Associei-me à inauguração do Festival de Gastronomia.-----
- **VINTE E CINCO** – Reuniu na Casa Andaluz com os “Amigos de Luiza Andaluz” para equacionar comemorações em dois mil e dois do centésimo vigésimo quinto aniversário do nascimento de Luiza Andaluz. -----
- **VINTE E SEIS** – Participou na reunião extraordinária da Assembleia da Escola Secundária Dr. Ginestal Machado. -----
- **VINTE E SETE** – Dia dezassete de Outubro – Recebeu munícipes no âmbito de processo de vistoria e de contra-ordenação. -----
- **VINTE E OITO** – Dia dezoito de Outubro – Participou na reunião da Assembleia da Escola D. João II – Santarém. -----
- **SENHORA VEREADORA MARIA DA GRAÇA MORGADINHO** – **UM** – Começou por proferir as seguintes palavras:-----
- “Eu gostaria de saudar e agradecer ao senhor Presidente da Junta de Freguesia o facto de estarmos hoje aqui nesta freguesia e isso é, decerto, prémio do mérito do trabalho por si realizado que justificou sobremaneira a realização de uma reunião descentralizada do Executivo Municipal.-----
- O êxito do seu trabalho é o êxito da população que o senhor representa e que soube servir da maneira mais meritória, a população da Póvoa que também aproveitou para saudar. -----
- Aos dirigentes desta Associação – Sport Clube Povoense “Os Leões” – o agradecimento por terem aberto as suas portas ao Executivo da Câmara Municipal de Santarém para aqui realizarmos esta reunião. Será mais um momento importante na vida desta Freguesia e na vida desta Associação. -----
- Saúdo também os membros da Junta de Freguesia e da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santarém e desejo as maiores felicidades na prossecução do seu trabalho autárquico para os que continuam as funções políticas e votos de felicidade pessoal para

os que se retiram da vida política. -----

--- Gostaria ainda de salientar as palavras do senhor Engenheiro Júlio Casaca, que justificaram o início desta reunião, honrando o passado desta freguesia e enaltecendo o orgulho de ser Povoense.” -----

--- **DOIS** – Dia quatro de Outubro – Após reunião, visitou o Complexo Aquático e teve oportunidade de verificar a grandiosidade do empreendimento aí realizado e o estado de adiantamento da obra. -----

--- **TRÊS** – Recebeu, em reunião, a promotora de vendas do Hotel Coríntia que veio convidá-la, na qualidade de Vereadora do Turismo, a visitar o Hotel. -----

--- **QUATRO** – Dia cinco de Outubro – Esteve presente na inauguração da Lusoflora.--

--- **CINCO** – Dia oito de Outubro – Recebeu o escultor António Quina que convidou a ser o autor do painel de parede, em mármore e granito, obra de arte que irá embelezar o hall de entrada do novo Complexo Aquático a inaugurar, em Janeiro de dois mil e dois, na cidade de Santarém. -----

--- **SEIS** – Dia nove de Outubro – Decorreu o concurso para admissão de arquitectos para integrar os serviços de Câmara e de cujo júri fez parte. -----

--- **SETE** – Dia dez de Outubro – Teve início o Congresso da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais em cuja realização se encontrou envolvida, por despacho do Senhor Presidente. O Congresso que reuniu em Santarém cerca de oitocentos e cinquenta congressistas, técnicos e autarcas, foi mais uma realização coroada do maior êxito e brilhantismo a que a ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais já nos habituou. -----

--- **OITO** – Dia onze de Outubro – Correspondendo ao convite que lhe foi dirigido pelo Hotel Coríntia, almoçou no Hotel e visitou as novas instalações nomeadamente as que tinham sido abertas no dia anterior ou seja: a piscina interior, as duas saunas e a sala de musculação. -----

--- **NOVE** – Dia doze de Outubro – Recebeu o representante da Tuna do Instituto Politécnico que veio solicitar apoio para a realização do Encontro de Tunas que vai ter

lugar em Santarém, no próximo dia vinte de Outubro. -----

--- **DEZ** – Dia treze de Outubro – Esteve todo o dia presente no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas, acompanhando o Colóquio da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, tendo assistido ao seu encerramento e jantar que se lhe seguiu. -----

--- **ONZE** – À noite, esteve presente na apresentação do livro do senhor Bertino Coelho Martins e do Dr. Aurélio Lopes, que decorreu na sede do Grupo Académico de Danças Ribatejanas. -----

--- **DOZE** – Dia catorze de Outubro – Almoçou no Centro de Apoio a Toxicodependentes em comemoração do seu aniversário. -----

--- **TREZE** – Às dezassete horas esteve presente na entrega de prémios da Prova de Overcraft, que decorreu à beira do Tejo. -----

--- **CATORZE** – Dia quinze de Outubro – Recebeu o escritor António Torrado que realizou com as Escolas da cidade, duas sessões largamente participadas e extremamente interessantes. -----

--- **QUINZE** – Dia dezasseis de Outubro – Esteve presente na inauguração de mais um Festival Nacional de Gastronomia, que irá decorrer em Santarém, de dezasseis de Outubro a quatro de Novembro. -----

--- **DEZASSEIS** – Informou que, no próximo dia vinte de Outubro, será apresentada na Igreja da Graça, a Orquestra de Câmara Pedro Álvares Cabral, que irá executar um repertório que, com certeza, será do agrado de todos. Esta apresentação contará com a presença do senhor Secretário de Estado da Cultura, em representação de Sua Excelência o senhor Ministro da Cultura. -----

--- **SENHOR VEREADOR BOTAS CASTANHO - UM** - Deu conhecimento das decisões tomadas sobre processos de obras no período de três a dezassete de Outubro de dois mil e um e constantes do Edital número duzentos e oito/dois mil e um. -----

--- **DOIS** – Dia quatro de Outubro – Presidiu à cerimónia de inauguração da Exposição “Amazónia Terra Verde”, na Casa do Brasil. -----

- **TRÊS** – Dia cinco de Outubro – Esteve presente na sessão de abertura do Encontro Científico de Biofísica, realizado no Auditório da Casa do Brasil. -----
- **QUATRO** – Dia oito de Outubro – Presidiu à reunião do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados. -----
- **CINCO** – Dia nove de Outubro – Participou no Encontro Nacional de Entidades Gestoras de Água e Saneamento, sobre o tema “Água – Uma Gestão de Qualidade para o Século XXI”, realizado no Pavilhão Atlântico, no Parque das Nações, em Lisboa. ----
- **SEIS** – Dia dez de Outubro – Esteve presente na Sessão de Abertura do Colóquio da ATAM – Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, realizado no CNEMA - Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----
- **SETE** – Dia doze de Outubro – Recebeu empreendedores, no âmbito da Gestão Urbanística. -----
- **OITO** – Dia quinze de Outubro – Esteve presente na reunião pública de apresentação do programa de demonstração e de sensibilização previsto para o dia vinte de Outubro pelos Bombeiros Municipais.-----
- **NOVE** –Esteve presente na sessão da Assembleia Municipal. -----
- **DEZ** – Dia dezasseis de Outubro – Participou no Colóquio sobre “Cheias”, promovido pelo Serviço Nacional de Protecção Civil, no Auditório do Instituto Português da Juventude.-----
- **ONZE** – Esteve presente na inauguração e no primeiro almoço da XXI Edição do Festival Nacional de Gastronomia. -----
- **DOZE** – Dia dezoito de Outubro – Participou na sessão solene de abertura do ano lectivo da Escola Profissional de Vale do Tejo. -----
- **TREZE** – Convidou os senhores Vereadores e todos os munícipes presentes a associarem-se às jornadas de demonstração e de sensibilização a realizar pelos Bombeiros Municipais no próximo dia vinte, no Campo Sá da Bandeira e no Edifício Scálabis. -----
- **CATORZE** – Para finalizar fez uma saudação ao senhor Presidente da Junta e a

todos os elementos da Assembleia de Freguesia da Póvoa de Santarém, freguesia progressiva, que tem registado significativo desenvolvimento nos últimos anos. -----

--- Deu, por isso, os parabéns aos eleitos da Freguesia da Póvoa de Santarém e agradeceu a recepção que proporcionaram ao Executivo Municipal e a simpatia com que foram recebidos.-----

--- **SENHOR VEREADOR HERMÍNIO MARTINHO – UM** – Congratulou-se com a realização desta reunião na Póvoa de Santarém. Saudou o senhor Presidente da Junta, seu amigo pessoal de há muitos anos, e os outros autarcas que tiveram a atenção de acompanhar a reunião.-----

--- Saudou também os dirigentes da Associação Cultural que bastante alegria lhe deram no espectáculo a que assistiu há cerca de dois meses e que foi uma realização importante para a Póvoa de Santarém, para todos os seus habitantes e, em particular para aquela alma da freguesia e da terra que também é preciso alimentar.-----

--- **DOIS** – Salientou a satisfação que teve na visita que efectuou ao Complexo Aquático. Em seu entender esta obra deve orgulhar todo o concelho. Não é uma obra deste mandato, é uma obra de uma geração. -----

--- **TRÊS** – No dia cinco, associou-se à cerimónia de comemoração dos setenta anos da Associação Académica de Santarém, Associação de grandes tradições e prestígio na cidade e na região. -----

--- **QUATRO** – No dia seis, participou no almoço comemorativo dos setenta anos daquela Associação, na Estação Zootécnica Nacional.-----

--- **CINCO** – No dia dez, participou na abertura oficial do XXI Colóquio Nacional da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, no Centro Nacional de Exposições e Mercados Agrícolas. -----

--- A este propósito sublinhou a entrega da medalha de ouro da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais, ao senhor Presidente da Câmara, que foi um momento alto daquele Colóquio. Congratulou-se com esta iniciativa da ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais. -----

--- **SEIS** – Salientou a inauguração de mais um Festival Nacional de Gastronomia que teve o seu início em mil novecentos e oitenta e um, quando era Presidente da Feira Nacional de Agricultura, e que é hoje, efectivamente, uma realização que engrandece e honra a cidade.-----

--- **SENHOR VEREADOR ANTÓNIO OLIVEIRA** – **UM** – Na pessoa do senhor Presidente da Junta de Freguesia e dos restantes autarcas, agradeceu a amabilidade que tiveram em receber o Executivo camarário.-----

--- Felicitou o Presidente da freguesia da Póvoa de Santarém por todas as obras, por todo o desenvolvimento, por todo o bem estar e melhoria da qualidade de vida que tem proporcionado a esta excelente freguesia.-----

--- Agradeceu o esforço e o empenhamento de todos os autarcas no sentido de levar cada vez mais alto o concelho de Santarém.-----

--- **DOIS** – Felicitou a ATAM - Associação dos Técnicos Administrativos Municipais pela realização, em Santarém, de mais um Colóquio.-----

--- **TRÊS** – Felicitou também o Dr. Carlos Abreu pela realização de mais um Festival Nacional de Gastronomia, manifestação cultural que não só enriquece o património nacional, como promove a cidade e o concelho de Santarém.-----

--- **SENHORA VEREADORA ROSA MARIA FELICIANO** – **UM** – Manifestou o seu agrado por se encontrar na Póvoa de Santarém a realizar esta reunião.-----

--- Agradeceu as palavras amáveis do Presidente da Junta.-----

--- Cumprimentou os restantes autarcas e desejou que continuem o bom trabalho que têm efectuado, nomeadamente a nível social: o Centro de Dia e a extensão de saúde.----

--- **DOIS** – Sublinhou também a realização de mais um Festival Nacional de Gastronomia que, com certeza, constituirá um êxito.-----

--- **TRÊS** – Recordou a proposta que apresentou a propósito do novo Centro de Saúde, bem como a apresentada pelo senhor Vereador Vicente Batalha.-----

--- Face à falta de condições do actual Centro de Saúde voltou a questionar o senhor Vereador da Saúde sobre as diligências que têm sido desenvolvidas, designadamente,

relativamente ao terreno a ceder para a construção do novo Centro de Saúde. -----

--- O senhor Vereador Botas Castanho frisou que, muito antes da apresentação das propostas pelos senhores Vereadores, já havia sido disponibilizado terreno para o efeito, aos serviços oficiais de saúde, únicos responsáveis pela construção e pela manutenção das instalações do Centro de Saúde, dependentes exclusivamente da Administração Central. -----

--- A Câmara – afirmou – contrariando orientações da própria Associação Nacional de Municípios Portugueses, disponibilizou um terreno que entregou à Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, em São Domingos e, desde sempre, disponibilizou outro terreno no planalto, para o novo Centro de Saúde. -----

--- **SENHOR VEREADOR VICENTE BATALHA** – **UM** – Proferiu as seguintes palavras: -----

--- “Eu queria recordar que em Novembro do ano passado o Grupo Coral Terra Nostra, sob a direcção do prestigiado Maestro José Santos Rosa, veio de Pernes, a convite da Direcção do Centro de Dia Nossa Senhora da Luz, para dar um concerto na vossa Igreja Matriz. -----

--- Como sabem, faço parte desse Grupo, assim como dois caríssimos amigos aqui da Póvoa, cidadãos da Póvoa que estão, felizmente, aqui presentes. -----

--- Nessa altura eu disse que me sentia bem na Póvoa de Santarém. E disse porquê. Porque eu tenho no meu nome Flor e sendo Flor sou da Póvoa de Santarém. Era isso que eu gostaria de recordar. Sou neto materno de um homem rural da Póvoa de Santarém e de uma mulher doméstica de Azoia de Baixo. É uma união quase perfeita, passo por cima de rivalidades que são tão relativas e que não devem esconder aquilo que é essencial e, nesse sentido, eu queria saudar a Póvoa de Santarém onde tenho essa costela, mais uma vez os órgãos autárquicos o senhor Presidente da Assembleia de Freguesia e a Assembleia de Freguesia, o senhor Presidente da Junta e os elementos da Junta, e, obviamente, muito em especial, o senhor Presidente da Junta amigo que ganhei nestas lides autárquicas e que independentemente de eventuais divergências, o que fica

realmente destes anos é uma grande amizade. Quero-lhe agradecer as suas palavras e a maneira como nos receberam. Também aos Leões a maneira como acolheram esta reunião municipal e como nos saudaram.-----

--- O senhor Presidente da Assembleia Geral como nos recordou o que era esta terra que é uma terra efectivamente rural, e que muito tem dado à agricultura portuguesa através de várias experiências, e recordou esse vulto que une a Azoia de Baixo e a Póvoa de Santarém que é Alexandre Herculano.-----

--- Eu gostava de recordar de Alexandre Herculano o grande defensor do municipalismo e o homem que “fugiu” de Lisboa para se refugiar em Vale de Lobos. Indisposto com a política de bastidores que se fazia em Lisboa, com essa política centralista ele não concordava e, homem íntegro e coerente como era, saiu dessa política para se refugiar na agricultura, em Vale de Lobos e falar com os seus criados, amigos, trabalhadores, e também com o meu bisavó Zé Flor que era seu rendeiro do moinho de Vale de Lobos e com quem ele passou longas horas à conversa, aliás, como refere Cândido Beirante, um ilustre homem da vossa terra, na biografia que fez de Alexandre Herculano onde logo nas primeiras páginas tem a fotografia do meu bisavó – Zé Flor, o moleiro de Vale de Lobos.-----

--- Muito obrigado pela vossa recepção.-----

--- Muito obrigado a Alexandre Herculano pelo exemplo que nos deu, a todos nós autarcas. A política é um serviço para servirmos e não para nos servirem ou para o utilizarmos em proveito próprio. É bom quando trabalhamos para a comunidade e é esse o objectivo final.-----

--- Nesse sentido gostaria mais uma vez de nas vossas pessoas e nomeadamente o senhor Presidente da Junta, o homem que é eleito directamente, saudar toda a população da Póvoa de Santarém e dizer que foi com grande satisfação que estive aqui.”-----

--- **DOIS** - “Saúdo a realização de mais um Festival Nacional de Gastronomia, o XXI, e felicito os parceiros, Câmara Municipal de Santarém e Região de Turismo do Ribatejo, pela importância e projecção deste certame. Pena é que o Campo Infante da Câmara,

continue na mesma, sem que se tenha avançado um mílemetro, para vergonha de todos nós, da cidade e do concelho de Santarém.-----

--- São públicas, estão em acta, e algumas vezes expressas no voto as minhas posições políticas, em relação à Região de Turismo do Ribatejo, às obras de remodelação da Casa do Campino, aos protocolos assinados em relação ao funcionamento da Escola de Hotelaria e ao Festival Nacional de Gastronomia. -----

--- Fui sempre politicamente coerente e flexível no acessório, mantendo no essencial, o interesse e prestígio do nosso concelho. Sinto-me gratificado por isso, em meu nome pessoal e da Coligação Democrática Unitária que represento. -----

--- Não sei se este modelo do Festival de Gastronomia está esgotado, como afirmava o especialista José Quitério, citado pela voz autorizada de António Valdemar, no Diário de Notícias de dezasseis do corrente, sob o título “Santarém: Equívocos do Festival”. Sei que ele, é único e nacional. Sei apenas que tudo é dinâmico e muda muito rapidamente, e que há que pensar no conteúdo desse artigo, e nas responsabilidades que incumbem às regiões de turismo representadas. Muito em especial, desde o ano passado, em que o Governo deliberou, integrar a gastronomia como património nacional, está no Diário da República de vinte e seis de Junho de dois mil, com uma rectificação adicional em trinta e um de Agosto seguinte. Dizer sempre sim e amem, é fácil. Difícil é exercer o direito à crítica e explicar porquê. Saúdo o artigo de António Valdemar, e exijo da Região de Turismo do Ribatejo mais e melhor, no rigor, na qualidade, no repensar da forma e do modelo. E deixo uma pergunta final: para quando a transferência dos Serviços de Higiene e Limpeza para a Zona Industrial e o avanço da nova fase das obras da Região de Turismo do Ribatejo? Esse é um passo muito importante, e já com muito atraso.” ----

--- Entregou a seguinte proposta ao senhor Presidente: -----

--- **TRÊS** – Estrada Nacional número três: -----

--- No folhear as actas das reuniões de Câmara do actual mandato, pode constatar-se as inúmeras vezes em que coloquei a importante questão do estado degradado, em que, desde há anos, se encontra a Estrada Nacional número três, inclusive, na passada reunião

de Câmara descentralizada na freguesia da Póvoa da Isenta, insisti no assunto, e propus, uma vez mais, à Câmara Municipal que questionasse a Administração sobre a lamentável e arrastada situação, perante os sucessivos compromissos do Governo do Partido Socialista, nunca cumpridos, nomeadamente, nos sucessivos PIDDAC – Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central e respectivos anexos, de há quatro anos a esta parte. Na recta final do ano dois mil e um, vai ser ou não utilizada a verba de cerca de oitocentos mil contos para o novo tapete da Estrada Nacional três, do Campo da Vinha grande até Liteiros, limite com o vizinho concelho de Torres Novas? -----

--- Aliás, a Estrada Nacional número três, que atravessa o concelho de Santarém, do Cartaxo a Torres Novas, não pode continuar como está, perigosa e quase intransitável em muitos dos seus troços.-----

--- A Câmara Municipal de Santarém não pode, nem deve, ficar indiferente a esta injustiça e gritante situação na área do seu concelho.-----

--- Por isso, proponho, uma vez mais, que a Câmara Municipal de Santarém questione o Governo, com a máxima urgência, e dê dessas diligências a respectiva divulgação pública, das perguntas e das respostas, ou do silêncio, incluindo do projecto à variante da Portela das Padeiras, e às medidas de segurança de todo o traçado da Estrada Nacional número três, em particular no atravessamento de todas as populações do nosso concelho.

--- É o bem estar e a qualidade de vida das nossas populações que está em causa. -----

--- No caso das diligências já efectuadas pela Câmara Municipal de Santarém, solicito que das mesmas me seja dado conhecimento por escrito, com urgência. -----

--- O tempo passa demasiado depressa, e as obras assumidas não são cumpridas, há que exigir aquilo a que temos direito para o nosso concelho.” -----

--- Entregou, também, ao senhor Presidente, o seguinte requerimento:-----

--- **QUATRO** – “Situação “Rio Alviela” -----

--- Venho por este meio requerer que me seja informado por escrito, e com a possível urgência, dos elementos existentes sobre o ponto de situação do “Rio Alviela”, incluindo

a qualidade da água, nos pontos de medição existentes, bem como o ponto da situação correspondente às obras do sistema de Alcanena, assumidas pelos sucessivos Governos, e mais parecem não mais terem fim, ultrapassados que estão todos os prazos. -----

--- Para o efeito, se necessário, que seja questionado o Ministério do Ambiente, o Instituto Nacional da Água, alargando até à execução do Plano de Bacia, que anunciado com pompa e circunstância, tanto quanto sei, nada avançou.-----

--- O problema do Alviela está melhor, mas não está resolvido, e esse tem que ser o nosso objectivo final.”-----

--- A finalizar a presente reunião o senhor **Presidente** interveio novamente, renovando os agradecimentos e emitindo votos sinceros de muitos mandatos de sucesso autárquico na Póvoa de Santarém. -----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram duas horas e quinze minutos do dia dezanove de Outubro, lavrando-se a presente acta que vai ser submetida a aprovação na reunião imediata. -----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

-----**O PRESIDENTE**-----

--- _____

-----**OS VEREADORES**-----

--- _____

--- _____

--- _____

ACTA N° 26/2001
Reunião de 18 de Outubro de 2001

--- _____

--- _____

--- _____

--- _____